

## A ORGANIZAÇÃO MUSICAL NA SÉ DE SALVADOR: DO CANTOCHÃO À POLIFONIA

Paulo CASTAGNA\*

Artigo escrito em 1994 e nunca publicado
--

### Introdução

A música na Sé de Salvador, nos primeiros séculos de sua história, tem atraído já desde 1870 as atenções de pesquisadores portugueses, como Joaquim de Vasconcelos,<sup>1</sup> Francisco Marques de Sousa Viterbo,<sup>2</sup> Ernesto Vieira<sup>3</sup> e outros. Com a descoberta e a publicação de novos manuscritos, no século XX, surgiram informações que despertaram a curiosidade de muitos musicólogos, brasileiros ou não, acerca das atividades musicais na Sé da Bahia. Os textos hoje disponíveis sobre esse assunto são numerosos. Guilherme de Mello, Vincenzo Cernicchiaro, Isa Queirós Santos, Renato Almeida, Luís-Heitor Corrêa de Azevedo, Hebe Machado Brasil, Francisco Acquarone, Gehrard Béhague e David Appleby, para citar alguns, incluíram capítulos ou trechos sobre a música da Sé em seus compêndios, quase sempre utilizando as mesmas fontes. Trabalhos mais consistentes sobre o assunto são raros, destacando-se os de Régis Duprat,<sup>4</sup> Robert Stevenson<sup>5</sup> e Jaime Diniz.<sup>6</sup>

Os motivos que me levaram a escrever um novo artigo sobre o tema são múltiplos. Em primeiro lugar, os trabalhos citados possuem informações discordantes e por vezes errôneas que, utilizadas em outros artigos, teses e compêndios, estão se perpetuando como verdades. Em segundo, nenhuma das obras citadas relacionou com precisão todas as informações conhecidas na época, tornando-se fontes incompletas para a pesquisa. Finalmente, conhecemos hoje documentação e trabalhos musicológicos ainda não aplicados ao estudo da música na Sé baiana, que esclarecem inúmeras questões deixadas em aberto pelos referidos autores.

Este trabalho está longe de ser definitivo. Sua maior utilidade será a organização de dados já disponíveis ou recentemente levantados, da maneira mais completa possível, fazendo-se referência, sempre que necessário, aos textos daqueles musicólogos. Trata-se mais da atualização de um trabalho que propriamente de um estudo original. Nesta forma será possível, agora sim, utilizar-se da presente pesquisa para a investigação da música na Sé de Salvador e em outras catedrais brasileiras dos séculos XVI e XVII,

---

\* Pesquisador da música brasileira e professor do Instituto de Artes da UNESP, São Paulo.

<sup>1</sup> VASCONCELOS, Joaquim de. **Os Musicos Portuguezes**; Biographia-Bibliographia [...]. Porto, Imprensa Portuguesa, 1870. 2 v.

<sup>2</sup> VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **A ordem de Christo e a música religiosa nos nossos domínios ultramarinos** [...] Coimbra, Imp. da Universidade, 1910. 146 p.

<sup>3</sup> VIEIRA, Ernesto. **Dicionário biográfico de músicos portugueses: história e bibliografia da música em Portugal**. s.l., Mattos Moreira & Pinheiro, 1900. 2 v.

<sup>4</sup> DUPRAT, Régis. A música na Bahia colonial. **Revista de História**, São Paulo, Depto. de História da USP, v. 10, n.º 61, p. 93-116, jan./mar. 1965, reimpresso com o mesmo título em **Estudos Históricos**, Marília, v. 30, n.º 61, p. 93-116, jan./mar. 1965. Neste artigo citaremos apenas o primeiro trabalho.

<sup>5</sup> STEVENSON, Robert. Some portuguese sources for early brazilian music history. **Yearbook**, New Orleans, n.º 4, p.1-43, 1968.

<sup>6</sup> DINIZ, Jaime. Uma notícia sobre a música no Brasil dos séculos XVI e XVII. **Estudos Universitários**, Recife, v. 12, n.º 2, p. 41-57, abr./jun. 1972.

período que, subestimado pela maioria dos nossos estudiosos, vem trazendo surpresas cada vez maiores para a musicologia brasileira.

A maior parte dos textos aqui citados estão incluídos no periódico *Documentos Históricos*, publicado em 110 volumes pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro entre 1928 e 1955. Esses e outros documentos aos quais farei referência, já foram estudados em minha dissertação de mestrado,<sup>7</sup> porém de forma pouco objetiva e quase perdidos entre assuntos os mais diversos possíveis. Longe do mero biografismo, que caracteriza grande parte da historiografia musical brasileira, mas sem deixar de informar sobre as atividades conhecidas de cada músico citado, tentarei interpretar a documentação disponível, na verdade bastante escassa, mas nela procurando novos significados.

## Templos da Bahia no século XVI

Os nomes dados às três primeiras igrejas construídas na Bahia eram nomes de naus da esquadra de Tomé de Sousa, que chegou à cidade em 1549 com a tarefa de instalar o primeiro Governo Geral: *Conceição*, *Ajuda* e *Salvador*. Inicialmente ergueu-se a Conceição da Praia, na Cidade Baixa, destinada aos marinheiros e comerciantes portuários (foi demolida em 1736 para dar lugar à atual igreja). O segundo templo, Nossa Senhora da Ajuda, foi construído pelos jesuítas logo após sua chegada em 1549. Por sua estrutura de taipa com cobertura de palma, era conhecida como “Sé de palha”. Afrânio Peixoto nos informa:

*“Até 1553 foi a Sé do Brasil, esta Sé de Palha. A que a substituiu, a Sé de pedra e cal e telhas, foi a do Bispado, a Sé-Catedral, depois de 1553, até depois de 1760, em que perdeu este foro, em favor da nova Igreja do colégio que, no Terreiro de Jesus, edificaram, da pedra lavrada de Lisboa, os jesuítas (expulsos em 1759), e que, até os nossos dias, é a Catedral.”*<sup>8</sup>

A Igreja do Salvador, que depois de 1553 foi a Sé, “*de pedra e cal*”, foi a terceira igreja da cidade. É aquela para a qual se cria todo o aparato musical que analisaremos neste artigo. Sobre a Sé de Salvador, Afrânio Peixoto comenta:

*“Foi um templo infeliz, do começo ao fim. Começou a ‘existir’, sem ainda existir. Dom João III dirige, em julho de 1550, ao Pontífice, pedindo seja levantada em igreja-catedral ‘a igreja do título de Salvador, na cidade outrossim chamada do Salvador’. Acedendo ao pedido, em fevereiro de 51, o Pontífice refere-se à mesma igreja ‘una sub invocatione ejusdem Sancti Salvatoris ecclesia’..., criando o bispado.*

*“Ora, essa igreja não existia. Ainda não existia. Os jesuítas chegaram em 29 de março de 49 e fazem logo nos primeiros meses a primitiva Ajuda. Tomé de Sousa, de antes, ou contemporaneamente, ajuda a fazer a Conceição da Praia. Quando, em agosto de 49, chegou o Vigário Manuel Lourenço, não encontra Sé nenhuma onde exercer o seu ministério e é, na Conceição da Praia, que celebra e onde assiste, como o Bispo, chegado em junho de 52, prefere a Ajuda, chamada por isso ‘Sé de palha’.*

<sup>7</sup> CASTAGNA, Paulo. Fontes bibliográficas para a pesquisa da prática musical no Brasil nos séculos XVI e XVII. Diss. Mestrado, São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da USP, 1991. 3 v.

<sup>8</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1980. p. 22. A Igreja da Ajuda foi reedificada em 1807 e demolida em 1912 para o alargamento da rua Chile.

*“Só de agosto de 52 em diante, se começa a falar da construção da Sé, de pedra e cal... O ‘Santuário Mariano’ dá por data da fundação: 1553. Esta malfadada igreja vem a terminar, no século XX, sem entretanto, ter sido... acabada.”*<sup>9</sup>

Gabriel Soares de Sousa é testemunho de seu estado em 1587:

*“A igreja é de três naves, de honesta grandeza, alta e bem assombrada, a qual tem cinco capelas muito bem feitas e ornamentadas, e dois altares nas ombreiras da capela-mor. Está esta Sé em redondo cercada de terreiro, mas não está acabada da torre dos sinos e da do relógio, o que lhe falta, e outras oficinas muito necessárias, por ser muito pobre e não ter para fábrica mais do que cem mil réis, cada ano, e estes muito mal pagos. [...] Está esta Sé muito necessitada de ornamentos e os de que se serve estão mui danificados; e de maneira que nas festas principais se aproveita o cabido dos das confrarias, onde os pedem emprestados. [...]”*<sup>10</sup>

Após as reformas iniciadas em 1714 e 1751, a antiga Sé da Bahia foi descaracterizada. Na época de sua demolição, em 1931, a antiga Sé de Salvador já estava abandonada há quase um século. De acordo com Afrânio Peixoto, *“Arruinada e perdida a decência, fora a Sé, em 1765, exonerada de Catedral. A igreja dos jesuítas no Terreiro, perdidos os donos pela expulsão de 1759, foi transformada em Catedral da Bahia.”*<sup>11</sup>

Outra igreja importante, a dos jesuítas (no ‘Terreiro’), começou a ser erguida em 1550, de forma precária. Obras mais duradouras tiveram início somente em 1561, para se concluírem em 1572. Nova reconstrução, porém, principiou em 1604.<sup>12</sup> Não será a última: *“Após a expulsão da ordem em 1759, o templo foi restaurado por Manuel Cardoso de Saldanha e José Antônio Caldas”*.<sup>13</sup> Será esta a igreja transformada em Catedral no ano de 1791, depois da expulsão. Um incêndio em 1905 destruiu o colégio dos jesuítas, restando o corredor lateral esquerdo com as celas. A primeira restauração ocorreu em 1939.

Finalmente, completou o conjunto principal dos templos de Salvador no século XVI a Santa Casa de Misericórdia, construída a mando de Tomé de Sousa, entre 1549 e 1572. A Misericórdia era um hospital, mas lá tudo se fazia com música. As atividades musicais dessa casa foram estudadas por Jaime Diniz, no livro *Mestres de Capela da Misericórdia da Bahia 1647-1810*,<sup>14</sup> no qual informa que *“Antes de 1647, nenhum nome de mestre-de-capela da Santa Casa é apontado neste estudo, pelo simples fato de que não chegaram aos nossos dias, através das fontes manuscritas, referências*

<sup>9</sup> PEIXOTO, Afrânio. **Idem**, p. 23.

<sup>10</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**; comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo, Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, 1974. Segunda Parte, cap. 8, p. 66. (Brasiliensia Documenta, v. 7)

<sup>11</sup> PEIXOTO, Afrânio. **Idem**, p. 24.

<sup>12</sup> PEIXOTO, Afrânio. **Idem**, p.32.

<sup>13</sup> CARRAZONI, Maria Elisa (coord.). **Guia dos bens tombados Brasil**. 2.<sup>a</sup>. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1987. 534 p. 94.

<sup>14</sup> DINIZ, Jaime. **Mestres de Capela da Misericórdia da Bahia 1647-1810**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993. 146 p.

*documentais.*”<sup>15</sup> Infelizmente, exemplos musicais utilizados ou produzidos na Sé baiana no período colonial também são desconhecidos.

Atividades musicais de caráter oficial que se podem estudar na Bahia, nos séculos XVI e XVII estão, portanto, concentradas na Sé: inicialmente na igreja de Nossa Senhora da Ajuda (1549-1553) e depois na do Salvador (1553-1765). A documentação hoje disponível é extremamente descontínua, o que nos obrigou a dividir este estudo em quatro períodos isolados, até o ponto máximo da prática polifônica na Sé, em fins do século XVII: 1) *a instalação dos primeiros músicos (1552-1554)*; 2) *a consolidação da organização musical (1559-1562)*; 3) *a organização musical antes da invasão holandesa (1608-1624)*; e 4) *a instalação da prática de música polifônica (1665-1703)*. Antes disso, no entanto, é necessário esclarecer quais tipos de ‘músicos’ atuaram na Catedral e quais eram realmente seu repertório e suas funções.

### Os músicos da Catedral

Os principais membros de uma Catedral eram o *bispo*, o *vigário geral*, as cinco *dignidades* (*deão*, *mestre escola*, *tesoureiro*, *chantre* e *subchantre*), os *cônegos* (cujo conjunto formava o *cabido*), os *meios cônegos*, o *mestre de capela*, o *organista*, os *capelães* e os *moços do coro*, além de outros como *padre cura*, *sacristão*, *porteiro da massa*, *coadjutor* e *tesoureiro da fábrica* cujas funções, no momento, não nos interessam. Os principais envolvidos com a música eram o *chantre*, o *subchantre* (este último nem sempre existiu na Sé), o *mestre de capela*, o *organista* (na época denominado “*tangedor dos órgãos*”), os *capelães* e os *moços do coro*. Outras funções poderiam existir, de acordo com as possibilidades técnicas e econômicas da Catedral, como se observa no *Regimento dos cantores da Sé de Évora*, de 1634:<sup>16</sup>

“*Todos os cantores, e tangedores. ss. Mestre da capella, Crasta, ou das charamellas, cantores, organistas, cornetas, baxões, sacabuxas, e charamellas, ou tangedores de quais quer outros instrumentos, e bem assi todos os porteiros do choro, capella, Sanchristia, crasta, perreiros, e mais officiaes, que a obra da Sè paga a sua custa, serão tomados, e aceitados pelo Prelado pelos salarios, e com as condições declaradas em suas prouizoes sem o prelado como administrador, que lhe da dita obra ficar, nem ser obrigado a lhes fazer mais algũa merçe pelas festas, e pascoas do anno, ou fora dellas: e poderão todos os sobreditos ser despedidos pelo dito Prelado todas as vezes, que ao dito Prelado parecer aindaque não aia cauza, ou crime porque mereção ser despedidos, e todas as prouizoes que se lhe passarem de seus mestrados, ou cantorias se entenderão feitas debaxo desta condição. ss. que o Prelado os aceita por mestres cãtores, tangedores, ou officiaes em quanto for sua vontade, e nam mandar o contrario; [...]*”<sup>17</sup>

Existiam, basicamente, dois agrupamentos corais na Catedral: o *coro* e a *capela*.<sup>18</sup> O *coro* era formado pelos *capelães*, clérigos adultos, no mínimo seis, e a *capela* pelos *moços do coro*, no Brasil quase nunca em número maior que quatro nos

<sup>15</sup> DINIZ, Jaime. **Idem**, p. 18.

<sup>16</sup> Arquivo da Sé de Évora, CEC 5-VIII, f. 39r-43v.

<sup>17</sup> ALEGRIA, José Augusto. **História da Escola de Música da Sé de Évora**. [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, 1973. Apêndice II, p. 133.

<sup>18</sup> Essa diferença foi suficientemente estudada por DINIZ, Jaime. **Idem**, p. 19-28.

dois primeiros séculos. Suas obrigações eram bem definidas e, em Portugal, o não cumprimento destas resultava em multas. Diz o *Regulamento* de 1634: “*O cantor que errar o que disser sô ou a ternos, ou a duo perdera des reis*”.<sup>19</sup>

Os *moços* da Catedral, de acordo com a documentação brasileira, nunca foram meninos indígenas, como ocorria entre os jesuítas, mas filhos de portugueses. Recebiam ordenado e eram dirigidos e instruídos pelo *mestre de capela*, enquanto os *capelães* eram dirigidos pelo *chantre*. Os *moços* da Sé de Salvador, no século XVIII, deveriam ser “*nascidos de Legítimo matrimonio de Pays brancos, christãos velhos, e bem procedidos, e que tenhaõ boas vozes, e saybaõ ao menos bem ler, escrever, doutrina christã, e ajudar às Missas*”.<sup>20</sup> No século XVI, obviamente, nem todas essas exigências poderiam ser cumpridas.

Com relação aos requisitos dos *moços* do coro, encontramos uma notícia no *Regimento para a capela da sé* [de Évora],<sup>21</sup> de 1565: “*Qñ daq’ em diante se tomar algû cantor pr<sup>a</sup> se se oulhara q’ sendo tipres ou cõtraltos saibão m<sup>to</sup> bem cantar cõtraponto em câto dorgão e sendo tenores e contrabaixos em canto chão e dorgão e doutra maneira senão poderá tomar pr<sup>a</sup> cantor [...] De maneira q’ possa bem servir na estante*.”<sup>22</sup> O mesmo regimento informa que, aos *moços do coro*, *cônegos* e outros, também poderia ser atribuída a tarefa de execução de instrumentos, desde que para tal estivessem aptos:

“*Se ho chantre ou presidente do coro mandarem algû cantor ou moço do coro ou outra pessoa de fora ao organ ou as frautas quando se tangerem, sera obrigado a fazer o que lhe assi for mandado sem mais outra licença porem sera necessario saber-se na estante o que assi for ordenado*.”<sup>23</sup>

O *chantre*, uma das *dignidades*, era a autoridade máxima na organização musical de uma Catedral. Deveria ser clérigo e, normalmente, um cônego do cabido. Para Rafael Bluteau, o *chantre* é “*Aquella, que numa Sé Collegiata, Capela de huma Universidade, &c. tem a direcção do governo do Coro, entoação do canto chaõ, & que tem cuidado, que os officios divinos se celebrem com devação, Silencio, & toda a decencia possivel*”.<sup>24</sup> José Augusto Alegria lembra que ao *chantre* era confiada a realização do canto do ofício e da missa:

“*O responsável dessa tarefa era um dos capitulares que recebia o título de Cantor, mais tarde, Chantre, a quem eram atribuídas duas prebendas da massa do Capítulo que o compensassem da responsabilidade inerente ao cargo*.”

<sup>19</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Apêndice II, p. 139.

<sup>20</sup> *Regimento do coro da Santa Sé da Bahia*, seção dos *Estatutos da Sancta Sé da Bahia ordenados sob o patrocínio do Príncipe dos pastores Pontífice Divino, e sacerdote eterno Christo Iesu pelo arcebispo da Bahia D. Iozé Botelho de Mattos Metropolitano, e Primaz do Estado do Brazil do conselho de S. Magestade Fedelissima que Deos guarde*, 1754. Manuscrito do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 4-a-8, f. 66r.

<sup>21</sup> Arquivo da Sé de Évora, EE 21 f.

<sup>22</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Apêndice I, p. 129.

<sup>23</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. *Ibidem*.

<sup>24</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez, e latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portvgal, D. João V. pelo Padre D. Raphael Bluteau*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, v. 2, 1712, p. 272.

“Competia-lhe zelar pela disciplina dos membros do coro e prevenir a ignorância musical de quantos participassem na execução dos salmos e antífonas”.<sup>25</sup>

O *chantre* atuava principalmente junto aos capelães, que cantavam nas missas, ofícios e demais funções religiosas. Deveria também ensiná-los e prepará-los adequadamente. Porém, sua autoridade recaía sobre todo o organismo musical da Sé, enquanto guardião das normas da Catedral. Quando necessário, deveria também ministrar ensino aos *moços do coro*. José Augusto Alegria transcreve um texto do “*Livro da Fazenda de D. Henrique*”, onde se explicita ao chantre Francisco Velez, da Sé de Évora (que assumiu o cargo em 1544), a obrigação de “*Imsynar a camtar canto chão canto dorgão e contraponto na crasta da dita see aos cantores moços do coro e da estante e aos creigos e pessoas que ahy vierem*”.<sup>26</sup> Assim, o *chantre* poderia interferir em qualquer assunto ligado à música da Sé, fosse na capela, fosse no coro, porém jamais substituiria o mestre de capela na regência dos moços do coro, como se observa no *Regimento* para a capela da Sé de Évora, de 1565: “*Se o Mestre da capella faltar na estante por algũ iusto impedimento regeera a estante o Cantor mais antigo, não parecendo ao Chantre outra cousa mais cõueniente*”.<sup>27</sup> A próxima passagem é mais explícita:

“*Tera cuydado ho mestre da capella de tudo o q’ se ouuer de cãtar na estante. E os cãtores srão obriguados a lhe obedecer e assi se cãtara tudo o q’ o m<sup>tre</sup> mãdar e ordenar saluo se o chãtre ou presidente mãdarem outra cousa: porq’ iso se compra o q’ nã deue ser senão com parecer do m<sup>tre</sup> da capella.*”<sup>28</sup>

A julgar pelo ordenado dos chantres no Brasil dos séculos XVI e XVII, a este era atribuída maior importância na direção musical da Sé. Seus rendimentos eram cerca de três vezes superior ao do organista e, no século XVII, o dobro do salário do mestre de capela. Não se imagine, porém, que o preparo musical do chantre fosse superior ao do mestre de capela. O chantre era um diretor mais jurídico e administrativo que musical, cabendo ao mestre de capela as atividades de maior responsabilidade no tocante ao preparo técnico da música.

Um documento fundamental para se conhecer as atividades da Catedral de Salvador, os *Estatutos da Sé da Cidade da Bahia*, manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,<sup>29</sup> foram ordenados em 1719 pelo Arcebispo Sebastião Monteiro da Vide, o mesmo que fez publicar, em 1707, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.<sup>30</sup> É urgente sua publicação em volume, cotejada com

<sup>25</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Cap. 1, p. 9.

<sup>26</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Cap. 1, p. 32-33.

<sup>27</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Apêndice I, p. 131. No *Regimento* de 1634 há informação semelhante: “*Quando o mestre adoecer, [...] o Chantre tera aduertencia de encomendar o dito compasso ao cantor mais antigo não auendo cantor sacerdote na capella, que o possa fazer, e auendo mandara que sirua de mestre*”. *Idem*. *Ibidem*, Apêndice II, p. 137.

<sup>28</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. p. 129.

<sup>29</sup> *Estatutos da Sé da Cidade da Bahia, ordenados pelo Ilmo. e Revmo. Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide*, 1719. Manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cód. 22, 2, 39 (antigo II - 34, 9, 24).

<sup>30</sup> *Constituiçoens / PRIMEYRAS / Do / Arcebispado Da Bahia / Feytas, & ordenadas / Pelo Illustrissimo, E Reverendissimo Senhor / D. Sebastiaõ Monteyro / Da Vide, / Arcebispo do dito Arcebispado, & do Conselho / de Sua Magestade, / Propostas, E Aceytas / Em O Synodo Diecesano,*

documentos brasileiros e portugueses da época e em confronto com os *Estatutos* ordenados em 1754 pelo Arcebispo José Botelho de Matos, manuscrito preservado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.<sup>31</sup> Esses documentos são importantes também por terem servido de base para a confecção de estatutos de outros arcebispados brasileiros no século XVIII. Nos *Estatutos* de 1719 há uma seção intitulada *Regimento da Sé da Bahia*, na qual está regulamentada a função do *chantere*:

*“Pertence ao Chantre reger todo o ofício, e ordenar-lhe cousas necessárias, e dar o modo de contar conforme o tempo, e fazer, que o Subchantre cumpra inteiramente com as suas obrigações, como é levantar Hinos, Salmos, encomendar lições, Antífonas, e o mais que pertence a seu ofício [...]. Obrigar ao dito Subchantre, e Capelães a irem a Estante de Canto chão, e canto de órgão e apontará os que o não fizerem, como lhe parecer, [...] Ao dito Chantre pertence reger nas Procissões o Cabido, e fazer que todos vão em seus lugares”*.<sup>32</sup>

Um *Subchantre* existe na Bahia já em 1587. Ou talvez antes, mas a documentação consultada não esclareceu essa questão. Sua função era a de uma espécie de auxiliar do *chantere* no coro, recebendo menos da metade do ordenado daquele. Participava e dirigia o canto do coro, liberando o *chantere* para a fiscalização da organização musical. Matias de Sousa Villa-Lobos publicou um longo trecho sobre o “*officio de subchantre*”, do qual se transcreve apenas o primeiro parágrafo:

*“He conveniente para perfeição do culto divino, que em cada coro aja hum subchantre, cantoral ou Vigario do coro, ao qual estejam sujeitos todos os que estiverem no dito coro, & que todos o reconheçam por Mestre delle, & isto sò a fim para que Deos Nosso Senhor seja louvado com mais perfeição, pois de o nam haver nascem discordias, & escandalos, por quererem governalo todos; sendo pois o officio de subchantre, cantoral, ou Vigario do coro; emendar as composições falsas, & levar em bom tom o coro, & com boa ordem, he necessario dar humas particulares advertencias, & avisos, para que os que administrarem o dito governo acertem, & nam sejam mormurados, conformandonos com os autores, que nesta materia escreveram”*.<sup>33</sup>

O *mestre de capela* é o diretor e professor da *capela*, ou seja, do conjunto integrado pelos *moços do coro*. De acordo com o *Regimento* da capela da sé de Évora, de 1565, “*Sera obrigado ho Mestre da Capella ensinar aos moços da estante o que ouuerê de cantar primeiro q’ uenhão a ella, e serem emformados de maneira q’ não errem no q’ cantarem*”. Para Rafael Bluteau, o *mestre de capela* é “*Aquelle que governa os Cantores, fazendo o compasso, & emendando os que errão*”<sup>34</sup> e, para Domingos

---

**Que O Dito Senhor / celebrou em 12. de Junho do anno de 1707.** / [grav.] / Coimbra, / No Real Collegio Das Artes da Comp. de Jesus, / M.DCCXX. [1720] / Com todas as licenças necessarias. 10 f. inum., 618, 32, 187 p.

<sup>31</sup> *Estatutos da Sancta Sé da Bahia*. Idem, 86 f.

<sup>32</sup> DINIZ, Jaime C. *Mestres de Capela...*, idem, p. 21-22.

<sup>33</sup> VILLA-LOBOS, Mathias de Sousa. *Arte de cantochão offerecida ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Ioam de Mello* [...] Coimbra, Manoel Rodrigues de Almeyda, 1688. Parte 50, p. 206-214.

<sup>34</sup> BLUTEAU, Raphael. *Idem*, v. 5, 1716, p. 457.

Vieira, o “*professor de musica, compositor d’esta, para os templos, e o que nas funções da igreja dirige os musicos e cantores, batendo o compasso*”.<sup>35</sup> O mestre de capela poderia ser leigo, e mesmo casado, como foi comum no Brasil. José Augusto Alegria é preciso:

“A função do mestre de capela consistia em ensinar os segredos tanto da música de cantochão como do canto de órgão. Era, a um tempo, teórica e prática. Deveria ensinar a ler a semiografia da música a vozes e realiza-la depois no coro da igreja. Os moços não poderiam ter mais de dez anos no acto da admissão e tinham que ser preparados para ler o livro que se lhes abrisse na estante, seguindo a respectiva linha melódica horizontal, medindo os valores e contando as pausas. O mestre da capela tinha que ser sempre compositor, mórmente naqueles tempos em que eram novidade as espécies musicais impressas”.<sup>36</sup>

O mestre de capela era o responsável técnico pela execução e ensino da música na Sé. Deveria examinar os cantores que ingressassem na Catedral, ensaiar os moços e, quando fosse o caso, compor a música da qual se necessitasse, não sendo incomuns as obrigações de cantar acompanhando-se à harpa, em cerimônias externas ao templo. Informações mais detalhadas encontramos no *Regimento* de 1634, Segundo o qual, o mestre de capela deveria também cantar com os moços do coro escolhendo, no caso de obra polifônica, qualquer uma das vozes:

“[...] He outrossi obrigado o mestre [de capela] a dar o tom, e meter as vozes, que errarem; e ter aduertencia, que se responda a tempo conueniente, [...] Sera outrossi obrigado a seguir o tom do choro, ou alto auizara o sobchante que aleuante, ou abaxe o choro. O mestre sera tambem obrigado a cantar a uoz que quizer; e a cantar especialmente o que o châtre, ou prezidente lhe mandar na capella.”<sup>37</sup>

Finalmente, o *organista*, ou *tangedor dos órgãos*. Nos séculos XVI e XVII a Sé de Salvador terá apenas um e no século XVIII dois. Era responsável pelo *órgão*, no singular, apesar da expressão antiga, que se referia aos tubos do instrumento.<sup>38</sup> Órgão que, já existindo na Bahia na década de 1550, jamais será, até 1727, instrumento maior

<sup>35</sup> VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza**. Porto, Ernesto Chardon e Bartholomeu H. de Moraes; Rio de Janeiro, Pará, A. A. da Cruz Coutinho / Antonio Rodrigues Quelhas, v. 4, 1873, p. 219.

<sup>36</sup> ALEGRIA, José Augusto. **Idem**, cap. 1, n.º 2, p. 26.

<sup>37</sup> ALEGRIA, José Augusto. **Idem**. Apêndice II, p. 135-136.

<sup>38</sup> “Já o primeiro Bispo do Brasil pedia, em 12 de julho de 1552, ‘mandar cá uns órgãos’. *Hist. colon. port. no Brasil*, v. 3, p. 364. Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Leite, 1925, p. 324, fala de uma procissão com ‘música de vozes, flautas e órgãos’. Em 1580, Antônio Valente publicou ‘*Versi spirituali per suonare negli organi vespri, messe e altri uffici divini*’ (Sangiorgio, Carmelo. *Il posto dell’organo*. Catania, Tip. Frat. Viaggio Campo, s.d. p. 20). O Concílio Tridentino fala de ‘*Organorum melodia in templis...*’, usa expressões como ‘*in cantibus et organis in templo*’. Outras expressões, no plural, encontram-se no Cerimonial dos Bispos: ‘*In Matutinis... possunt pulsari organa...*’ ‘*...organa pulsari etiam inter horas canonicas*’. Apud Pons, André. *Droit ecclésiastique et musique sacrée*. St. Maurice, 1960. v. 3, p. 102, 104, 133. O organeiro francês Pierre Thierry fala dos reparos que ele deve fazer (1644) ‘*aux orgues de l’Eglise St. Paul*’.” Cf. DINIZ, Jaime. Velhos organistas do passado, 1559-1745. **Universitas**, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 10, p. 5-42. set./dez. 1971 (p. 38, nota 14).



que um simples positivo.<sup>39</sup> Na ausência do organista, o instrumento poderia ser executado por qualquer membro da Sé que o soubesse, o que pode ter acontecido na Sé, pelo cônego Pedro da Fonseca, antes de ter sido nomeado para a função. Normalmente, a função do “tangedor” será a de acompanhar o canto: cantochão ou canto de órgão. Música solística para órgão, no Brasil, não será comum até a segunda metade do século XVII, quando então, segundo Jaime Diniz, passou a ser largamente praticada.<sup>40</sup> Os *Estatutos* de 1754 comprovam esse costume na Sé: “e por todo o tempo, que gastarem desde que saírem da Sacristia até chegarem ao Coro, tocará o Organista o Orgão”.<sup>41</sup>

## O repertório e o ensino

Em Portugal, no século XVI, distinguíam-se dois tipos de canto na música religiosa: o *cantochão* e o *canto de órgão*. O *cantochão* era a música monódica, hoje chamada *gregoriana*, cantada nas sés principalmente pelos capelães. O *canto de órgão*, termo que ainda vem gerando confusões, era a música polifônica e mensural, feita “a vozes”, normalmente pelos membros da capela. Manuel Nunes da Silva é bem claro: “Ao canto de Orgão chamaõ Figural, Mêsural, & Multiforme: figural, porque tem diversas figuras, humas que valem mais, & outras menos. Mensural, porque estas figuras se medem hûas com outras, ou como numero binario, ou ternario: Multiforme pela composição, & armonia das vozes, em proporcionadas distancias”.<sup>42</sup> José Augusto Alegria acrescenta: “O canto d’orgão, ao contrário do que o nome insinua, nada tem a ver com o instrumento da mesma designação. É termo de uso ibérico cujo significado aparece em todos os tratados da Arte”.<sup>43</sup> Com o auxílio dos tratados de Juan Bermudo<sup>44</sup> e Antônio Fernandes,<sup>45</sup> Alegria demonstra, “usando palavras pobres”, que “o canto d’orgão, música de estante, de atril ou de facistol corresponde à música polifônica também chamada Multiforme ou Mensural, assim se distinguindo do cantochão que é música Uniforme”.<sup>46</sup>

A polifonia foi comum na maioria das catedrais portuguesas no renascimento, apesar do auge dessa prática, no reino, ter sido no século XVII. O *Regimento* de 1634 informa que os moços do coro da sé de Évora “sam obrigados a cantar todas as chansonetas, e motetes, que o chantre, ou mestre da capella ordenar pera se câtarem na

<sup>39</sup> “Foi no governo arqui-diocesano de D. Luiz Álvares de Figueiredo (1725-1735) que D. João V, rei de Portugal, mandou colocar na Sé um ‘famoso órgão’ novo, como a ele se refere Vilhena em sua primeira carta. Já não mais um órgão positivo, pequeno, como presumivelmente fora o primitivo instrumento enviado à Bahia, na segunda metade do século XVI. O órgão recebido em 1727, devia ser um clássico instrumento, de médio porte, estável, possivelmente com características ibéricas, com as trombetas projetadas fora do órgão em disposição horizontal, em contraste com os demais tubos da fachada que se postavam verticalmente”. Cf. DINIZ, Jaime C. **Organistas da Bahia, 1750-1850**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. p. 18-19.

<sup>40</sup> DINIZ, Jaime. Velhos organistas do passado. Idem, p.

<sup>41</sup> *Estatutos...*, 1754, idem, cap. ? f. 77v.

<sup>42</sup> SILVA, Manuel Nunes da. **Arte minima que com semibreve prolaçam tratta em tempo breve, os modos da maxima, & longa sciencia da musica** [...] Lisboa, Officina de Miguel Manescal, 1704. Explicação VII, p. 79.

<sup>43</sup> ALEGRIA, José Augusto. **O ensino e prática da música nas Sés de Portugal (da reconquista aos fins do século XVI)**. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985. Cap. I, p. 33-34. (Biblioteca Breve. Série Música, v.10)

<sup>44</sup> BERMUDO, Juan. **Declaracion de instrumentos musicales**. Ossuna, Juan de Leon, 1555.

<sup>45</sup> FERNANDES, Antonio. **Arte de musica de canto de orgão e canto chão, e proporções da musica divididas harmonicamente**. Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1626.

<sup>46</sup> ALEGRIA, José Augusto. **Idem**, p. 34.

*Sê nas quoaís couzas extraordinarias serão obrigados a estudar aiuntandose no tempo, e lugar, antes da dita festa, que o Chantre ordenar*”.<sup>47</sup> Uma outra passagem desse *Regimento* descreve com precisão a polifonia dos moços na capela alternada com o cantochão dos capelães no coro:

*“Todos os domingos, e dias santos a tarde da quaresma auera cõpletas de cantores no choro de sima, as qouais se officiarão desta maneira. ss. começara o choro [dos capelães] em canto chão hum verso, e respõderâ o orgão a que cantara o cantor, ou cantores [da capela] que o mestre da capella mandar, e depois lhe tornara a responder o choro [dos capelães] em canto chão, logo se seguirão as frautas a que cantarão os cãtores [da capela], que o mestre da capella mandar, e tornara a responder o choro e então respondera outra ves o orgão, e assi se irão cantando todos os psalmos de maneira que sempre o canto chão se meta entre o orgão, e as frautas, ou outros instrumentos que ouuer [...]”*.<sup>48</sup>

Infelizmente, não existem elementos para se demonstrar se houve ou não polifonia na Sé de Salvador antes de inícios do século XVIII. São possíveis apenas suposições, decorrentes da análise da documentação disponível. No Brasil, esse tipo de música nunca foi novidade: foi trazido já pelos jesuítas, que o difundiram por toda a costa no século XVI. O primeiro relato conhecido de uma “missa de canto de órgão” foi deixado por Diogo Jácome, em carta escrita de São Vicente em junho de 1551:

*“Quanto ao demais de que vos desejo fazer sabedores pera louvor de N. Senhor, hé da nossa igreja, que já está a cerqua acabada, e da primeira missa que nella se disse, que foi dia da mesma vocação que foi dia de Jesu [1.º de janeiro de 1551], a qual foy com toda a muziqua de canto d’orguão e frautas, como se lá [em Coimbra] podera fazer. [...]”*<sup>49</sup>

Apesar dos inúmeros informes sobre o canto de órgão no Brasil, muitas vezes surpreendentes, a Sé baiana apresenta indícios de uma prática polifônica somente na segunda metade do século XVII, época em que surgem os primeiros compositores brasileiros nas capitânias do nordeste. Alguma polifonia, porém, deve ter sido empregada na Catedral na ainda na primeira metade desse século e talvez até no século XVI. Como os papéis de música polifônica utilizados na sé da Bahia desapareceram por completo, estaremos à espera de outros tipos de documentos que possam esclarecer a questão.

Fosse canto de órgão, fosse cantochão, a música deveria ser ensinada aos cantores da Sé para que se garantisse a correta solenização das celebrações litúrgicas. Os moços do coro eram treinados em música exclusivamente pelo mestre de capela, embora houvessem outros mestres na Catedral. Segundo o *Regimento do coro* de 1754, o mestre-escola “*Deve ter’ cuidado sobre os Meninos do coro, zelando seo procedimento,*

<sup>47</sup> ALEGRIA, José Augusto. **História da Escola de Música da Sé de Évora**. Idem. Apêndice II, p. 133-134.

<sup>48</sup> ALEGRIA, José Augusto. **Idem**. Apêndice II, p. 137-138.

<sup>49</sup> Carta de Diogo Jácome aos padres e irmãos de Coimbra. São Vicente, junho de 1551. LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae I** (1539-1568). Roma, Monumentae Historica S.I., 1956. Doc. 28, p. 246. (Monumenta Historica Societatis Iesu a Patribus Eiusdem Societatis Edita, volumen 79 - Monumenta Missionum Societatis Iesu, vol. 10 - Missiones Occidentales).

*e melhoramento nos estudos de Gramática, e solfa, para os quaes tem Mestres na mesma Sè, a saber, para solfa o da Capella della*". Ao mestre de capela cabia ensinar o necessário de música a todos os cantores, além de participar, cantando, das obras musicais executadas na capela. De acordo com José Augusto Alegria, em Portugal era costume uma lição de cantochão e outra de canto de órgão todos os dias.:

*"[...] Deveria [o mestre de capela] ensinar de graça, não só os moços do coro e cantores mas também os cônegos e bacharéis, ensino aplicado, segundo os casos, ao canto chão e ao de órgão. Todos os dias, excepto Domingos e dias santos, era obrigado, por força de serviço, a três horas de lição, uma da parte da manhã e duas da parte da tarde. Era mais obrigado a ir à estante cantar e dirigir o canto, sempre que os Ofícios fossem de cantores, o que andava estipulado no calendário da Igreja."*<sup>50</sup>

Na Europa existiram universidades, ausentes no Brasil colonial, nas quais se estudava a música, como uma das disciplinas do *quadrivium*: música *teórica*, *especulativa*, com a visitação dos tratadistas antigos ou contemporâneos, diferentemente da música *prática*, destinada aos cantores. Porém, mesmo na Universidade de Coimbra o ensino era precário. Mateus de Aranda, o primeiro mestre que ali atuou e sem dúvida o mais conhecido no século XVI, limitou-se a repetir o que ensinava na Sé de Évora: música prática, destinada a preparar a capela para as celebrações. Seus sucessores nesse período, Pedro Trigueiros, Baltazar Teles, Afonso Pereira e Pedro Correia, sequer chegaram ao nível técnico e pedagógico de Aranda.<sup>51</sup> Pelos *Estatutos* da Universidade, de 1591, "*O Mestre de música é também Mestre de capela*".<sup>52</sup> Não se imagine, portanto, um ensino de bases muito sólidas nas catedrais portuguesas ou brasileiras nos séculos XVI e XVII.

O ensino nas sés de Portugal nesse período, nunca ultrapassou, portanto, o necessário para o canto, no coro ou na capela. Primeiro os estudantes aprendiam o funcionamento da mão aretina. Em seguida as claves, nomes de notas e mutanças, diretamente nos livros litúrgicos. O estudo dos intervalos e dos modos era mais demorado, até que, finalmente pudessem ler o canto dos livros. Ao mesmo tempo estudariam o canto de órgão, aprendendo a diversidade de figuras e pausas, incluindo os pontos, e seus valores relativos, entre si e ao compasso, determinado pelos sinais de mensura. Os intervalos do contraponto e as regras para sua utilização seriam o próximo passo, o que certamente levaria a exercícios escritos de canto de órgão. Composições polifônicas rudimentares seriam o último estágio desse processo, se houvesse tempo e preparo suficiente dos alunos.<sup>53</sup>

Na Bahia a situação foi ainda mais desanimadora. Os mestres de capela eram mal pagos e, por isso, poderiam acumular funções diferentes, impossibilitando uma dedicação tal que resultasse na formação de um grupo bem preparado. Um deles, Bartolomeu Pires, dividiu o cargo com a administração de seu engenho de açúcar por mais de 45 anos e deve ter obtido melhores resultados com os cantores da igreja de sua propriedade que com os da Sé. Tratados de música para uso dos estudantes, naquela

<sup>50</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Cap. 2, p. 29.

<sup>51</sup> Francisco Faria. A música em Coimbra no séc. XVI. SIMPÓSIO INTERNACIONAL A SOCIEDADE E A CULTURA DE COIMBRA NO RENASCIMENTO, Coimbra, 28 nov. a 1.º dez. 1980. *Actas*. Coimbra, EPARTUR, 1982. p. 239-255.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 254.

<sup>53</sup> ALEGRIA, José Augusto. *Idem*. Cap. 3, p. 59-61.

época chamados ‘arte de música’ ou ‘arte de solfejar’, não serão comuns até a segunda metade do século XVIII. Até meados do século XVII a música na Sé deve ter se baseado quase que somente no cantochão e, quando muito, em uma polifonia muito simples, talvez pouco distante do fabordão.<sup>54</sup>

Mas houve na Sé de Salvador uma mudança significativa a partir de cerca de 1670, quando padres e não mais leigos, passam a ocupar o mestrado da capela. Os primeiros foram João de Lima, de Recife, e Agostinho de Santa Mônica, de Lisboa: compuseram, ensinaram canto de órgão e deixaram discípulos. Esses dois polifonistas, dos quais nenhuma composição musical chegou até nossos dias, prepararam terreno para o mestre de capela que, em 1734, elaborou o *Discurso apologético*, primeiro texto brasileiro sobre música especulativa. Trata-se do P. Caetano de Mello Jesus, autor da *Escola de canto de órgão*, o tratado de música mais completo que se produziu no Brasil colonial.

A transição de uma prática exclusiva de cantochão para uma época de estudo teórico do canto de órgão ainda permanece misteriosa. É para tornar possível a investigação desse fenômeno que se apresenta esta síntese dos principais acontecimentos ligados à prática musical na Sé da Bahia, desde a fundação até a época de Agostinho de Santa Mônica, seu primeiro polifonista de destaque.

### A instalação dos primeiros cantores: 1552-1554

Não existe na Sé nenhum cargo oficial destinado à música, antes da chegada do primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, em 12 de julho de 1552. E nem todos serão criados por essa época: as primeiras nomeações se estenderão até 1559, em um dos períodos mais conturbados pelos quais passou a Catedral. No entanto, em carta para o P. Simão Rodrigues em Lisboa, escrita na Bahia em fins de julho de 1552, Manuel da Nóbrega informa que “*O vigairo desta cidade, que agora hé chantere, mandou-o prender o Bispo por uma paixão, porém soltou-o logo.*”<sup>55</sup> Manuel Lourenço, homem de posses e vigário da Sé desde 18 de fevereiro de 1549,<sup>56</sup> servia extra-oficialmente como chantere (ainda sem capelães), talvez desde esse ano, mas na igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a “Sé de palha”, porque a Sé Catedral ainda não estava coberta antes de 1553.

O Bispo, quando chegou, pretendia oficializar a posição de Manuel Lourenço, mas não o fez pelo acúmulo de funções do vigário e, muito provavelmente, pela má impressão que teve desse padre, recomendando que exercesse o chantrado “*até se prover*”. Se D. Pero não encontrou em Manuel Lourenço os qualificativos que justificassem seu esforço em nomeá-lo chantere, é possível também que dele não tenha recebido apoio para o seu projeto no Brasil. A represália de D. Pero foi a nomeação de

<sup>54</sup> “*Musique à plusieurs Parties, mais simple & sans Mesure, dont les Notes sont presque toutes égales & dont l’Harmonie est toujours syllabique. C’est la Psalmodie des Catholiques Romains chantée à plusieurs Parties*”. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Dictionnaire De Musique** [...] Paris, Veuve Duchesne, Libraire, 1768. p. 216.

<sup>55</sup> Carta de Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. Bahia, fins de julho de 1552. LEITE, Serafim. **Monumenta Brasiliae I** (1539-1568). Roma, Monumentae Historica S.I., 1956. Doc. 51, p. 372. (Monumenta Historica Societatis Iesu a Patribus Eiusdem Societatis Edita, volumen 79 - Monumenta Missionum Societatis Iesu, vol. 10 - Missiones Occidentales).

<sup>56</sup> “*A provisão do ‘clérigo Manuel Lourenço que ia como Vigario da Igreja do Salvador’ é datada de 18 de fevereiro de 1549. E já estava na Baía no Natal de 1549, cessando Nóbrega o seu ofício de Pároco, que embora interinamente, fora o primeiro a exercer na nova cidade*”. Cf. LEITE, Serafim. **Monumenta brasiliae**, idem, v. 1, doc. 7, p. 121, nota 4.

Gomes Ribeiro como o novo Vigário Geral (que também acumulou as funções de Deão e pregador)<sup>57</sup> e a ordem de prisão de Manuel Lourenço ainda naquele mês:

*“O vigario que cá achei quizera o prover do chantrado, mas por estar embaraçado com dous beneficios curados e não ter dispensação para mais, o não confirmei; parece-me que lhe encommendarei este chantrado até se prover, pela necessidade que ha na terra de padres, dado caso que elle é pouco sufficiente e corrente nos officios da Igreja, ainda que é pouco latino, acho por informação que é muito cubiçoso e mais querençoso de ajuntar fazenda que inclinado ás cousas da Igreja e é cousa notoria e sabida de todos ter muito parentesco de ambas as partes com a gente nova, e tanto por esta via como por ser muito cubiçoso não é nada de minha arte, e comtudo dissimulo-lhe suas vaccas e bois e grangeria que tem e outros tratos, pela necessidade que há cá de clerigos e por me parecer que nos principios muitas mais cousas se hão de dissimular que castigar, maiormente em terra tão nova como esta; por cima de tudo farei o que Vossa Alteza me mandar, si daqui até a resposta desta o vigario não houver dispensação.”*<sup>58</sup>

Problemas semelhantes ocorreram também com relação ao mestre de capela, cuja provisão não existirá até 1559. Entre julho de 1552 e junho de 1553 está na Bahia um Francisco de Vacas, pleiteando a D. Pero a função. Não deve tê-la exercido. É mais provável que o cargo fosse ocupado interinamente por João Lopes, desde a chegada do Bispo, com um ordenado anual de 20\$000 réis. São várias as evidências. Por um registro de provisões reais datado de 3 agosto 1553, o provedor-mor manda ao tesoureiro pagar 3\$500 réis a “*João Lopes Mestre da Capella*”, por 5 arrobas de algodão para sua Alteza.<sup>59</sup> Quando esse músico, no ano seguinte, é apresentado para o cargo de chantre, o Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros utiliza os seguintes termos: “*apresento ora novamente a João Lopes Mestre da Capella á dignidade de Chantre da Sé desta Cidade*”.<sup>60</sup> Um “*João Lopes, meirinho da nau capitânea*”, chegou ao Brasil em 29 de março de 1549, entre os cerca de 1.000 passageiros da armada de Tomé de Sousa, que partiu de Lisboa a 1.º de fevereiro daquele ano.<sup>61</sup> No entanto, na carta que o Bispo escreveu ao Rei de Portugal a 12 de julho de 1552, refere-se ao “*mestre da capela que comigo veio*”. Ao que tudo indica, trata-se mesmo de João Lopes, homônimo do meirinho e homem que permanecerá seu aliado nas disputas que terão início em 1554,

<sup>57</sup> Carta de D. Duarte da Costa a D. João III, Rei de Portugal. Salvador, 8 de abril de 1555. In: LEITE, Serafim. **Idem**, doc. 34, p. 217.

<sup>58</sup> Carta de D. Pero Fernandes Sardinha ao Rei D. João III. Salvador, 12 de julho de 1552. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 49, parte I, p. 582-583, 1886.

<sup>59</sup> **Documentos históricos 1551-1565**; Mandados, provisões, doações, Rio de Janeiro, v. 14, dos docs. da série E-13 dos docs. da Bib. Nac., 1929, p. 363 e **Idem**; Mandados, alvarás, provisões, sesmarias 1549-1553; cartas dos governadores geraes 1692-1698, Rio de Janeiro, v. 38 1937, p. 176.

<sup>60</sup> **Documentos históricos 1549-1559**; provimentos seculares e ecclesiasticos, Rio de Janeiro, v. 35, 1937, p. 221.

<sup>61</sup> “*Entre os funcionários modestos podemos citar ainda meirinhos e porteiros; meirinhos como Manoel Gonçalves, meirinho da correição; João Lopes, meirinho da nau capitânea; e Antonio Aragão, percebendo 1\$600 mensais*”. Cf. SILVA, Alberto. **A cidade de Tomé de Souza**; aspectos quinhentistas. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1949. p. 32. Contudo, homônimos são fato comum na história do Brasil colonial. Adiante veremos o caso de dois religiosos e músicos portugueses em Salvador, no final do século XVII, ambos conhecidos por frei Agostinho de Santa Mônica. Um da Ordem de São Bento, nascido no Porto; outro da Ordem de São Paulo, nascido em Lisboa.

mesmo considerado pelo Bispo “ *muito trabalhoso e ronceiro em fazer seu cargo*”, além do que “ *não está contente da terra nem faz seu offício com vontade*”.

Oficialmente a Sé terá um chanfre somente a partir de 1553 e um mestre de capela a partir de 1559, mas será necessário, mesmo que precariamente, o trabalho de Manuel Lourenço no coro e provavelmente de João Lopes na capela, criada em 1552, para atender às funções musicais do culto divino. Os dois primeiros moços do coro da Sé de Salvador foram nomeados por uma provisão que o Bispo D. Pero Fernandes Sardinha enviou ao Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, em 17 de agosto de 1552. Nesse documento, o Bispo informa:

*“[...] que o Santo Padre Julio 3 ora Presidente na Igreja de Deus me commete suas vezes na Bulla da Creação deste Bispado [em fevereiro de 1551]; que eu com o parecer de Sua Alteza possa crear e ordenar em esta Sé os conegos, e dignidades, que se me parecerem necessarios, o que tambem consta por uma Provisão do dito Senhor feita a Vossa Mercê, por que lhe manda, que em seu nome apresente nas Conezias, e dignidades desta Sé as Pessoas, que eu nomear, e outras nenhuma não. [...]”*<sup>62</sup>

Com direitos outorgados por D. João III, Rei de Portugal, D. Pero Fernandes finalmente faz as primeiras nomeações que irão regulamentar a prática musical no coro e na capela da Sé:

*“[...] E porquanto depois desta Provisão ser feita Sua alteza apresentou no Reino quasi todos os Padres, que commigo vieram, como consta por suas apresentações, que aqui tem, não me fica agora por nomear senão seis Capellães, que Sua alteza ordenou na Carta Geral dos Ordenados para ajudarem a servir esta Sé e dois Moços do Côro, [...] e por Moços do Côro nomeio a João Filho de João Velho, e Diogo filho de Matheus de Juro morador nesta Cidade. [...]”*<sup>63</sup>

O personagem que agora entra em cena é Francisco de Vacas, Provedor da Fazenda na capitania de Pernambuco. Chegado à Bahia em cerca de 10 de julho de 1552, não se sabe com que finalidade, conseguira rapidamente conquistar as graças de D. Pero para seu intento de obter um cargo na Catedral, prometendo “ *que ensinaria nesta cidade a cantar e seria mestre da capella e se faria clérigo se lhe dessem uma prebenda nesta Sé*”. O Bispo nada poderia fazer de imediato, por já se encontrar ocupado o mestrado da capela, ao que tudo indica, por João Lopes (que dessa função só deve ter saído para assumir o lugar de chanfre deixado pelo mesmo Francisco de Vacas em 1554) e por não poder pleitear o chantrado, uma vez que era leigo. Mas, pouco tempo depois, tudo seria arranjado, para a satisfação do Bispo e do provedor de Pernambuco. A presença desse músico no Brasil é um dos assuntos de D. Pero, na carta ao Rei D. João III, escrita do Salvador no dia de sua chegada, 12 de julho de 1552.<sup>64</sup> O

<sup>62</sup> **Documentos históricos** 1549-1559; Idem, v. 35, 1937, p. 131-132.

<sup>63</sup> **Idem.**

<sup>64</sup> Capistrano de Abreu, em nota à décima edição da **História geral do Brasil**, de Francisco Adolfo de Varnhagen (Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981, Coleção reconquista do Brasil, nova série, edição especial, v. 1, p. 255, nota 60) comenta esse texto: “ *Carta do Bispo de 12 de julho de 1552, na Revista do Instituto Histórico, 49, parte 1.ª [1886], 582. Diz dissimular as vacas, bois e granjeria que o vigário (Manuel Lourenço, como vimos) tem e outros tratos. Também anuncia o projeto de nomear*

outro é a inexistência na Sé de um órgão (talvez até 1559), o qual D. Pero pede ao Rei que “*não se esqueça Vossa Alteza de mandar cá*”. O instrumento seria importante para atrair as atenções dos índios que freqüentavam a igreja, pois “*este gentio é amigo de novidades*”:

*“Haverá dois dias que aqui chegou da capitania do Espírito-Santo um Francisco de Vaccas muito grande musico e cantor; que ha muitos annos que por sua vontade veio a estas partes, o qual foi companheiro do padre Penhafil, cantor de Vossa Alteza; este Francisco de Vaccas se me offereceu que ensinaria nesta cidade a cantar e seria mestre da capella e se faria clérigo si lhe dessem uma prebenda nesta Sé e por eu não ter nenhuma que lhe dar, parece-me que Vosa Alteza lhe devia de dar o Arcediagado e lançar mão deste, tanto por ser já muito afeiçoado a esta terra como por ser mui dextro no canto e ter boa falla e ter grande veia para perfazer e pôr em ordem os officios divinos e com ter cá este homem e mandar-nos uns orgãos, poderia excusar os vinte mil réis do mestre da capella que comigo veio, o qual não está contente da terra nem faz seu officio com vontade e, segundo mostra, parece-me que pouco há de esperar nella e a mim me nom pesára nada que se elle va, porque é muito trabalhoso e ronceiro em fazer seu cargo.*

*“Não se esqueça Vossa Alteza de mandar cá uns orgãos, porque, segundo este gentio é amigo de novidades, muito mais se há de mover por ver dar um relógio e tanger orgãos que por prégações nem admoestações.”*<sup>65</sup>

O primeiro chantre da Sé de Salvador, mas agora com provisão oficial, será o persistente Francisco de Vacas.<sup>66</sup> Impossibilitado de exercer a função de mestre de

---

*deão da Sé Gomes Ribeiro, que fora frade de São Domingos, e lembra para arcediogo Francisco de Vacas, secular chegado dois dias antes do Espírito santo, e grande músico: depois ambos se tornaram seus inimigos e foram a verdadeira causa de todas as desordens narradas adiante ¶ Manuel Lourenço ausentou-se em 1554 e para sua vaga foi nomeado interinamente Luís Dias, em 30 de junho; a 29 de maio de 1556, o vigário chamava-se João Lourenço. - Livro 1.º de Prov. sec., f. 72r, 111r - Documentos históricos, 35, p. 167-169, 266-267”. Capistrano de Abreu volta a tratar desse assunto mais adiante (p. 276, nota 5).*

<sup>65</sup> Carta do Bispo do Salvador D. Pero Fernandes Sardinha, “*Desta cidade do Salvador, doze de Julho de mil quinhentos cincoenta e dois*”, documento do Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa (Corpo Cronológico, I, 88, 63), transcrito na **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil**, ibidem (versão aqui utilizada) e em Carlos Malheiros Dias; Ernesto J. de C. Vasconcellos; Roque Gameiro. **História da Colonização Portuguesa do Brasil**; edição monumental comemorativa do Primeiro Centenario da Independência. Porto, Litografia Nacional, v. 3, 1924, p. 370. Este trecho aparece, sempre com modificações, em SANTOS, Maria Luiza de Queirós Amâncio dos. **Origens e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil**. Rio de Janeiro, Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, 1942. Segunda parte, cap. 5, suplemento biográfico, p. 216; BRASIL, Hebe Machado. **A música na cidade do Salvador 1549-1900**; complemento da história das artes na cidade do Salvador. Salvador, Prefeitura Municipal, p. 46 (Evolução histórica da cidade do Salvador, v. 4) e VASCONCELOS, Ary. **Raízes da música popular brasileira**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed., 1991. p. 42-44.

<sup>66</sup> “*Desde 1550, pelo menos, estava no Brasil um ‘muito grande músico e cantor’, chamado Francisco de Vacas, que vinha exercendo, nas novas terras conquistadas, uma atividade um tanto estranha à sua vocação. Era então provedor da fazenda da Capitania do Espírito Santo, onde residiu até 1552, data em que se apresenta, na cidade da Bahia, ao recém-chegado D. Pero Fernandes, oferecendo-se ‘que ensinaria nesta cidade a cantar e seria mestre de capela’. O sujeito conseguiu tudo que desejava: fez-se padre, teve uma prebenda (Chantre), foi mestre de capela e chegou, até, a brigar com o bispo... Faleceu*

capela, mas determinado a obter qualquer cargo na Sé, torna-se “*Clérigo de Ordens de Evangelho*” em menos de um ano, honrando acordo firmado com o D. Pero Fernandes Sardinha e, em contrapartida, sendo por este nomeado através de uma certidão de 22 de junho de 1553. Foi uma manobra política cuidadosamente arquitetada pois, com isso, o Bispo afastava definitivamente da Sé o opositor Manuel Lourenço, “*pouco sufficiente e corrente nos officios da Igreja*”,<sup>67</sup> já destituído do cargo de Vigário Geral e preso a seu mando em julho de 1552. Francisco de Vacas é reconhecido no cargo pelo Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, em carta de apresentação dirigida a D. Pero, em 26 de junho do mesmo ano:

“[...] apresento a Francisco de Vacas Clerigo de Ordens de Evangelho á Dignidade de Chantre desta Cidade; e isto por o dito Francisco de Vacas ser por Vossa Senhoria nomeado para que assim o apresentasse na dita Dignidade, [...]”<sup>68</sup>

O coro, portanto, já é regular, mas a capela ainda funciona em condições precárias. Desde 1552 até 1559 a Sé terá somente dois moços do coro: pela documentação, João Filho de João Velho e Diogo filho de Mateus de Juro, mas substituídos já em 1554, talvez por perderem a voz infantil. A 1.º de abril o Provedor-mor Antônio Cardoso de Barros dirige carta de Apresentação ao Bispo D. Pero Fernandes Sardinha, com a qual “*apresento ora novamente a Simão de Oliveira, filho de Antonio de Oliveira por Moço de Côro da Sé desta dita cidade*”,<sup>69</sup> nomeado pelo Bispo por certidão de 31 de março de 1554. Em documento similar, de 30 de abril do mesmo ano, lê-se: “*apresento ora novamente a Diogo filho de Diogo Rodrigues a um dos lugares de Moço do Côro desta dita Sé*”,<sup>70</sup> nomeado por certidão de 27 de abril de 1554.

Em 1554, a Sé já possui o núcleo mínimo e oficial para a execução do cantochão nas cerimônias: seis capelães, chantre, dois moços do coro e, provavelmente, mestre de capela. Mas logo surgem graves problemas. A 16 de maio desse ano o Bispo Sardinha emite certidão nomeando João Lopes chantre da Sé, no lugar de Francisco de Vacas. A renovação do chantrado não ocorreu, como querem alguns, por morte de seu ocupante:<sup>71</sup> a destituição de Francisco de Vacas, como veremos, foi novo ato de caráter político. João Lopes, que em 1552 o Bispo considerava “*muito trabalhoso e ronçeiro em fazer seu cargo*”, foi o nome escolhido para afastar o chantre que se tornara seu inimigo. No entanto, parece claro que, naquela altura, existiriam somente duas pessoas à altura de dirigir a música da Sé - Francisco de Vacas e João Lopes - este possivelmente ocupando até então oISTRADO da capela.<sup>72</sup> A carta de Apresentação do Provedor-mor Antônio

---

provavelmente em 1559, ano em que é nomeado para o mesmo cargo de mestre de capela o músico Bartholomeu Pires.” DINIZ, Jaime. Uma notícia..., Idem, p. ?

<sup>67</sup> Cf. a carta do Bispo, de 12 de julho de 1552.

<sup>68</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 35, 1937, p. 169-171.

<sup>69</sup> **Documentos históricos** 1549-1559; Idem, v. 35, 1937, p. 219-221.

<sup>70</sup> **Documentos históricos** 1549-1559; Idem, v. 35, 1937, p. 221-222.

<sup>71</sup> “O chantrado é preenchido sòmente no ano seguinte [1553] , pelo Capelão da Sé, Clérigo de Ordens de Evangelho Francisco de Vacas, que, por falecimento, foi substituído aos 18 de maio de 1554, por João Lopes, Mestre de Capela (sic), o qual, por sua vez demissionário, deu lugar, em 1560 (23 de março), ao Chantre Ruy Pimenta”. Cf. DUPRAT, Régis. A música na Bahia colonial. **Idem**, p. 96.

<sup>72</sup> Quem ocupará oISTRADO da capela a partir de então? Ou João Lopes passa a acumular os dois cargos, o que não aparece na documentação, ou a função será exercida interinamente por Bartolomeu Pires, que será apresentado para o cargo somente em 1559.



Cardoso de Barros dirigida ao Bispo D. Pero Fernandes Sardinha, curiosamente em termos um tanto inseguros, é datada de 18 de maio de 1554:

*“[...] apresento ora novamente a João Lopes Mestre da Capella á dignidade de Chantre da Sé desta Cidade se com direito posso, ou devo fazer por na dita Dignidade ter já apresentado Francisco de Vacas conteudo nesta sua Certidão atrás, [...] feita aos 16 dias do Mez de maio de 1554, [...]”*<sup>73</sup>

Quais seriam esses problemas? O Padre Ambrósio Pires, jesuíta, em carta do ano seguinte chegava a falar de algumas perturbações provocadas pelo Bispo:

*“[...] Também lembro a V. R. que hé cousa de muita importantia trabalhar por acrescentar as nossas letras appostolicas e privilegios da Companhia, que os que nella ou em suas casas ouvirem missas nos dias de festas e domingo cumprão, pois o tem outras muitas religiões, porque estes Senhores Bispos, se nos vem a ter desgosto, também perseguem nosos devotos que querem antes ouvir huma missa rezada na Companhia que huma cantada na sua parochia.”*<sup>74</sup>

Muita coisa mudou na relação entre o Bispo e Francisco de Vacas, que dois anos atrás fora por este elogiado como “*muito grande músico e cantor*” e logo nomeado chantre. O problema se originou nas desavenças entre o Bispo e D. Álvaro da Costa, filho do novo Governador Geral, ao qual se aliaram antigos partidários de D. Pero: Francisco de Vacas e Gomes Ribeiro (que o Bispo nomeara Vigário Geral no lugar de Manuel Lourenço), ambos destituídos de seus cargos na Sé pelo Bispo Sardinha.<sup>75</sup> Conhecemos a versão do Governador, em carta de 8 de abril de 1555 enviada a D. João III, Rei de Portugal.<sup>76</sup> Nela, o Governador D. Duarte da Costa informa que o Bispo se aliava aos homens que o governador castigara, como Antônio Cardoso de Barros, Provedor-Mor (o mesmo que apresentou João Lopes no lugar de Francisco de Vacas), tornando-os seus inimigos; fala também de Gomes Ribeiro, que viera com o Bispo e por ele fora nomeado Deão em julho de 1552, mas substituído por Fernão Pires, a 19 de fevereiro de 1554. Este último, segundo D. Duarte, era

*“[...] hum homem de muito mau viver e ydiota, e que pouco tempo antes que o Bispo viesse a esta terra matou hum homem em Santarem, [...] e sendo homem que suas orações são falar em guerra e em homens que matou em desafios em Italia, o ffez Adayam da See desta Cydade e tyrou o adayado a Gomez Ribeyro, homem de boa vida, leterado e pregador [...]”*

<sup>73</sup> **Documentos históricos** 1549-1559; Idem, v. 35, 1937, p. 221.

<sup>74</sup> Carta do p. Ambrósio Pires ao P. Diego Mirón, Lisboa. Bahia, 6 de junho de 1555. In LEITE, Serafim. **Monumenta brasiliae II**, doc. 36, p. 228-233.

<sup>75</sup> O chantrado que foi de Francisco de Vacas e a vigararia de Gomes Ribeiro, foram ocupados interinamente por João Lopes e Luís Dias, ‘intrusos’ no cargo, como se dizia na época.

<sup>76</sup> Carta de D. Duarte da Costa a D. João III, Rei de Portugal. Salvador, 8 de abril de 1555. In: LEITE, Serafim. **Idem**, doc. 34, p. 212-222. Cf. também a **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil**, v. 49, parte I, p. 565-572, 1886.

Francisco de Vacas, o outro partidário de D. Álvaro da Costa, enviou ao Cabido da Sé petição contra o Bispo, acusando-o de um crime passado para tentar enfraquecê-lo politicamente. D. Duarte relata:

*“[...] E estando isto asy, Francisco de Vacas, chantre que hé no Reyno, fez huma petição ao Cabido em como o Bispo nom podia entrar na Igreja nem celebrar os officios devinos por estar esomunguado e irregular por fferyr dous homens por sua mão em sua cassa, dos quaes hum esteve à morte que lhe parecyam os meolos, semdo ambos d’ordes menores. [...]”*

Gomes Ribeiro, por sua vez, ameaçou denunciar o Bispo em Portugal, provocando a reação de D. Pero:

*“[...] E parecendo-lhe depois que se este negocio fose ao Reyno lhe seria laa bem estranhado, começou a avexar o dito Gomez Ribeiro querendo-o prender, e mandou pôr hum alvará aas portas das igrejas com pena d’escomunhão e de cinquenta cruzados que ninguem nom embarcasse nenhum clérigo pera o Reyno sem sua licença. [...]”*

O tal Gomes Ribeiro pediu ao governador que o embarcasse para Portugal, o que realmente aconteceu. D. Pero imediatamente publicou carta de excomunhão *“contra huns ffiadores de Christovam Cabrall, capitão de um braguamtim de V. A. que por meu mamdado levava o dito Gomez Ribeiro”*. D. Duarte se explica:

*“[...] Nem favorecy em nenhuma cousa ao dito Gomez Ribeiro nem a Francisco de Vacas contra o Bispo, como diz na dita carta de escomunhão, mas amtes me fizeram elles pitições de cousas muito feas e torpes que o Bispo fizera que eu nom quis amitir e a[s] rompi peramte pessoas fidalgos e dignos de fee que o dirão se comprir”*

Mas é ao final da carta que D. Duarte apresenta um dado interessante sobre Francisco de Vacas, até há pouco desconsiderado:

*“[...] E ao que tambem diz na dita carta, que meu ffilho embarcou o dito Francisco de Vacas, eu de tall numca soube parte, e porem se o ffez nom foy pecar no Esprito Santo, porque nom hera deffeso por escomunhão nem por outra via, nem o dito Francisco de Vacas estava preso em cadea pública, nem por mais grave casso que por dar huma pescoçada a hum moço de treze ou catorze anos leiguo que elle ensynava. [...]”<sup>77</sup>*

Segundo a carta do governador, Francisco de Vacas fora preso a mando de D. Pero. A causa (sob o pretexto de *“dar huma pescoçada a hum moço de treze ou catorze anos”*), ou talvez a consequência, deve ter sido a petição contra o Bispo, provavelmente antes de maio de 1554, quando foi substituído por João Lopes. Pelo que ainda se deduz da carta de D. Duarte, Francisco de Vacas *“embarcou”* para Portugal. Teria, na europa, se tornado chantre? A expressão do governador é clara: *“chantre que hé no Reyno”*. Ou

---

<sup>77</sup> Idem supra, p. 217-221.

já desempenhava lá função semelhante, como “*companheiro do padre Penhafil, cantor de Vossa Alteza*”?<sup>78</sup>

Na versão do Bispo, datada de 11 de abril de 1554, este queixa-se ao Rei de Portugal das atitudes de Dom Álvaro, filho do Governador, além de Luís de Góes, Fernão Vaz da Costa e outros, revelando que se Francisco de Vacas chegou a ser preso, a mando seu, logo foi libertado por D. Duarte:

*“[...] Eu, vendo tanta devassidade, por vezes avisei o governador em particular que olhasse por seu filho e o apartasse de más conversações e remediasse tamanhos males com tempo; elle me respondeu que não podia tolher a d. Alvaro, seu filho, que folgasse com quem quizesse, e que na terra não havia outros fidalgos mais honrados que João Rodrigues Peçanha e Luiz de Góes, com quem seu filho se desenfade, e que arrebatava de riso de quem isto mal parecesse, e que bastava ser elle conhecido no reino por virtuoso, e que lhe não dava nada de quanto se dissesse; sabendo que não era capaz de conselho e que não lhe aproveitava minha admoestação secreta, nem o envergonhava a murmuração do povo manifesta, preguei dia dos Santos extranhando as cousas que succederam nesta cidade desde que Thomé de Souza se foi; allegando os grandes castigos que Deus manda aos povos pelo peccado do adulterio, e isto em geral, sem ter ninguém particular; do que me tomou o governador tamanho aborrecimento que nunca mais me passou pela rua, a defender a todos os seus pamgodes que não entrassem em minha casa, nem me visitassem, e fez com seu filho D. Alvaro e com João Rodrigues Peçanha que amotinasse os conegos contra mim, como logo fizeram e amotinaram a um Francisco Vaccas, que eu tinha provido de chanfre e a um Gomes Ribeiro, frade que foi de São Domingos, que eu quizeria prover de deão, e assim todos os outros, e querendo eu prender estes dous o governador me foi á mão, e mandou ao carcereiro que não recebesse clérigo na cadeia sem sua licença, e depois me fez muitas vexações e maus ensinos, favorecendo os conegos contra mim e João Rodrigues fazendo-os sahir da Sé e servir-se delles em sua casa, e o mesmo fez Luiz de Góes e assim me fizeram outros muitos agravos e prenderam e carregaram de ferros a um conego que era da minha parte, como se verá pela devassa que leva Antônio Ferreira, e por outros papeis que ca ficam [...]”*<sup>79</sup>

Foi por esses conflitos que o Rei D. João III chamou D. Pero de volta a Portugal. O Bispo partiu a 19 de maio de 1556, a bordo da nau Nossa Senhora da Ajuda... para sequer chegar ao reino: o naufrágio da embarcação, na foz do rio Coruripe, fez com que D. Pero Fernandes e mais 90 pessoas de sua comitiva fossem mortas pelos caetés alagoanos em 15 de junho daquele ano, história contada por apenas três homens que

<sup>78</sup> Carta do Bispo Sardinha, de 12 de julho de 1552.

<sup>79</sup> Carta do Bispo do Salvador D. Pero Fernandes Sardinha “*Desta sua cidade do Salvador, 11 de abril de 1554*”, documento do Arquivo da Torre do Tombo, Lisboa (Corpo Cronológico, I, 92, 83), transcrito na **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil**, ibidem p. 557-559, (versão aqui utilizada) e na **História da Colonização Portuguesa do Brasil**, v. 3, p. 370. A carta foi parcialmente transcrita em SANTOS, Maria Luiza de Queirós Amâncio dos. **Idem**. Ibidem e em VASCONCELOS, Ary. **Idem**. Ibidem.

escaparam da tragédia. Mas se o Bispo não sobreviveu à fúria dos caetés, Francisco de Vacas, Manuel Lourenço e outros mais não sobreviveram à fúria do Bispo.

O destino e as atividades de Francisco de Vacas após sua destituição do chantrado em 1554 são incertos. Preso e de volta a Portugal para se tornar novamente chantre é o que se supõe da carta do Governador Geral. Um documento escrito em Salvador a de 15 de março de 1560 o dá como morto. Nessa ocasião Rui Pimenta foi nomeado chantre pelo Bispo, pois era “*João Lopes, ultimo possuidor do dito Chantrado, e tambem pelo eu achar instruso nelle por fallecimento de Francisco de Vacas Chantre*”.<sup>80</sup> João Lopes, portanto, esteve no chantrado “intruso” - termo jurídico significa ocupação ilegal do cargo, sem qualidade reconhecida - desde 1554 ou após a morte de Francisco de Vacas. Teria o antigo chantre retornado ao Brasil? ou daqui não conseguira sair, apesar de embarcado, falecendo na Bahia? Como se percebe, ainda há muito para se pesquisar sobre este personagem e sua estada na Terra de Santa Cruz.

As aventuras de Francisco de Vacas alimentaram a imaginação de muitos historiógrafos da música no Brasil que, pela falta de documentos ou de pesquisas adequadas, criaram as passagens mais bizarras sobre o primeiro chantre da Sé. Para Vincenzo Cernicchiaro, fora “*maestro di Cappella, incarcatto dell'insegnamento di quella disciplina agli alunni del Collegio dei Gesuiti, collo stipendio annuo di 20.000*”.<sup>81</sup> Renato Almeida diz que “*o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha trouxe um mestre capela para a escola dos jesuítas, onde Nóbrega, em 1549, iniciara um curso de música*”.<sup>82</sup> Isa Queirós Santos transcreve a carta do Bispo Sardinha (1552) e fala deste personagem como “*encarregado do ensino da música aos alunos dos colégios dos jesuítas (1554)*”.<sup>83</sup> Para Luís Heitor Corrêa de Azevedo, “*em 1552 aporta à Bahia, em companhia do primeiro Bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro mestre-de-capela que as crônicas mencionam: Francisco Vacas*”.<sup>84</sup> Ary Vasconcelos não fica para trás: “*O cantor e bandurrista Francisco de Vacas nasceu presumivelmente em Portugal, por volta de 1530, e pode ter falecido em Salvador, Bahia, lá por 1590*”.<sup>85</sup>

<sup>80</sup> **Documentos históricos 1559-1577**; provimentos seculares e ecclesiasticos, Rio de Janeiro, v. 36, 1937, p. 77-80.

<sup>81</sup> “*Col primo vescovo nominato per Bahia, D. Pedro Fernandes Sardinha, che prende processo il 1.º gennaio 1552, si ebbe il primo musico che pose piede in terra bahiana, nella qualità di maestro di Cappella, incarcatto dell'insegnamento di quella disciplina agli alunni del Collegio dei Gesuiti, collo stipendio annuo di 20.000. Il riferito prelato, in lettera diretta al re D. João, comunica di essere arrivato dalla capitania dello Spirito Santos, Francisco Vaccas, musico e cantore di rinomanza, compagno del padre Pennafiel, il quale si offriva di dar lezione ai riferiti alunni mediante le seguenti condizioni: nomina a Maestro di Cappella, essere ordinato sacerdote e posteriormente ottiene un posto di Canonico. ¶ Nel 1554, Francisco de Vaccas, era il cantore della Cattedrale*.” Cf. CERNICCHIARO, Vincenzo. **Storia della musica nel Brasile dai tempi coloniali sino ai nostri giorni (1549-1925)**. Milano, Stab. Tip. .Edit. Fratelli Riccioni, 1926. Cap. X, p. 153.

<sup>82</sup> “*Quando chegou à Baía, a 1.º de janeiro de 1552, o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha trouxe um mestre capela para a escola dos jesuítas, onde Nóbrega, em 1549, iniciara um curso de música. Chamava-se Francisco Vacas, com o ordenado anual de 20\$000. Afirmam que era bom músico e cantor, tendo sido companheiro do padre Penafiel. Em 1554, era chantre da Catedral*.” Cf. ALMEIDA, Renato. **História da música brasileira**; segunda edição correta e aumentada; com textos musicais. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Comp., 1942. Parte 2, cap. 7, p. 291.

<sup>83</sup> “*Músico e cantor afamado, companheiro do pe. Penafiel, primeiro músico que pôs pé em terra baiana; foi encarregado do ensino da música aos alunos dos colégios dos jesuítas (1554)*.” Cf. SANTOS, Maria Luiza de Queirós Amâncio dos. **Idem**. Ibidem.

<sup>84</sup> AZEVEDO, Luís Heitor Correia de. **150 anos de música no Brasil (1800 / 1950)**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. p. 16. Cf. também VASCONCELOS, Ary. **Idem**, p. 42.

<sup>85</sup> VASCONCELOS, Ary. **Idem**, p. 42.

Mas Afonso Rui de Sousa é, sem dúvida, o mais criativo, afirmando “*que fora ator, figurante nos autos de Gil Vicente*”.<sup>86</sup> O próximo trecho, de Afonso Rui, é antológico:

*“Essa ovelha tresmalhada, desembaraçada do compromisso canônico, foi o primeiro boêmio do Brasil, tornando-se incorrigível comparsa de D. Álvaro da Costa, filho do 2.º Governador Geral, e enchendo a cidade, como hábil menestrel e perito bandurrista, com o calor da sua voz que penetrava no próprio sobradinho do bispo, ali na rua da Ajuda, avivando a cólera do prelado contra o tolerante representante do rei”.*<sup>87</sup>

Importantes obras de referência, como a *Enciclopédia da Música Brasileira*,<sup>88</sup> omitem seu nome. Em minha dissertação de mestrado relacionei 19 obras que tratam de Francisco de Vacas, quase todas baseadas em fontes viciadas.<sup>89</sup> Francisco de Vacas não chegou com o Bispo, mas veio de Pernambuco onde era Provedor; tornou-se, por conveniência, Clérigo de Ordens de Evangelho e não jesuíta; foi chantre e não mestre de capela; morreu antes de 1560 e não em 1554 ou em cerca de 1590; voltou para Portugal e não permaneceu na Bahia; nada consta sobre ter sido bandurrista ou figurante nos autos de Gil Vicente. Mas o mais absurdo é a utilização do termo “boêmio”, que não poderia ser mais impróprio para o assunto. Estudos mais aprofundados sobre as atividades de Francisco de Vacas somente poderão ser desenvolvidos com base em documentos portugueses, que certamente trarão informações importantes para a compreensão da prática musical no Brasil do século XVI.

### A consolidação da organização musical: 1559-1562

Pouco se conhece sobre as atividades musicais na Sé de Salvador, no período posterior a maio de 1554 e anterior a junho de 1559. Contudo, a época conturbada do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha e dos governos de Tomé de Sousa e D. Duarte da Costa encerra-se em 1558. Por ocasião da posse de Mem de Sá, a Catedral parece iniciar um período mais produtivo, mesmo com suas edificações inacabadas, resultando finalmente na complementação dos membros responsáveis pela prática musical.

Rodolfo Garcia resume as principais realizações do ano de 1559 que permitirão tais progressos:<sup>90</sup>

*“Construía-se a Se da cidade; para suas obras, por alvará de 14 de Setembro [de 1559],<sup>91</sup> mandou-se dar 100\$000 cada anno até serem*

<sup>86</sup> “Guardou a história ter sido de 1553 o contrato do mestre de música, Francisco das Vacas, com o primeiro bispo Pero Sardinha, vencendo 20\$000 anuais, com a condição de ser nomeado mestre de capela, ordenado sacerdote e posteriormente aproveitado como cônego no cabido. O proposto que fora ator, figurante nos autos de Gil Vicente, fazia-se valer pela sua exigência com a qual o bispo, opinioso, não discutiu, reconhecendo-o ‘muito grande músico e cantor’, e o fez porque era de seu intento despedir e abandonar ao seu destino o mestre de capela que trouxera e não mais satisfazia às necessidades do ensino nem persistia na vocação clerical, seduzido pelo encanto voluptuoso da terra”. RUI [de Sousa], Afonso. **Boêmios e seresteiros baianos do passado**. Salvador, Progresso, 1954. p. 7. (Ensaio - Série Miniatura, v. 17). Cf. também VASCONCELOS, Ary. **Idem**, p. 42.

<sup>87</sup> RUI [de Sousa], Afonso. **Idem**, p. 7-8. Cf. também VASCONCELOS, Ary. **Idem**, p. 43. Este autor associa ao termo “músico”, do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha (carta de 12 de julho de 1552), uma série de suposições não apoiadas em documentação, como a qualidade de “bandurrista”.

<sup>88</sup> **Enciclopédia da música brasileira**. São Paulo, Art Ed., 1977. 2 v.

<sup>89</sup> CASTAGNA, Paulo. **Idem**, v. 1, Apêndice de nomes e estudos relativos, p. 210.

<sup>90</sup> **Documentos históricos**; **Idem**, v. 36, 1937, Explicação, p. vii-viii.

*acabadas de todo; mas outro alvará da mesma data determinou que daquella importancia só se déssem réis 40\$000,<sup>92</sup> continuados, e mais outro tanto para os reparos, depois de concluidos. [...] O alvará de 30 de Agosto<sup>93</sup> providenciou para que, quando na Sé servisse uma pessoa dois cargos compatíveis, como conego e pregador, ou outros benefícios semelhantes, de maneira que por servir um não perdesse o serviço do outro, pudesse vencer os mantimentos e ordenados dos mesmos cargos, salvo o caso das distribuições quotidianas. A carta régia de 10 de Setembro<sup>94</sup> deu poderes ao governador para apresentar em nome do rei as dignidades da Sé, porquanto seria grande trabalho, opressão e despesas aos clérigos que houvessem de ser providos das dignidades, conezias, vigararias, capellas, etc., irem ao Reino a pedir a Sua Alteza que os apresentasse aos ditos benefícios. [...]*

*[...] mais outro [provimento eclesiástico], de 4 de Setembro,<sup>95</sup> dava-lhe [ao Bispo] 200\$000 mais, por tres annos, correndo esse tempo do primeiro dia de Janeiro de 1559. [...]"*

Iniciam-se, finalmente, as reformas. A 15 de junho de 1559, D. Sebastião, Rei de Portugal, envia carta ao Bispo D. Pedro Leitão, outorgando-lhe o direito de nomear um mestre de capela e ordenando que se revogassem ou se ignorassem antigas provisões deixadas pelo Bispo Sardinha. Note-se o cuidado na determinação, pela qual o mestre de capela agora “*será removível para poderdes sempre ter quem sirva o dito Cargo*”:

*“[...] que haja na Sé da Cidade do Salvador das partes do Brasil um Mestre de Canto, que sirva de Mestre da Capella da dita Sé, o qual Vós Nomeareis, e será removível para poderdes sempre ter quem sirva o dito Cargo, e não nomeareis nelle Dignidade, nem Conego da dita Sé por ser isso do Serviço della, ainda que haja algum, que tenha Provisão do Bispo D. Pedro Fernandes, se constar, que o dito Bispo lhe não podia dar o dito Cargo perpetuo, parecendo-vos, que se devem accrescentar a elle mais obrigações, e pôr-se-lhe encargo de ensinar mais Orfãos, e pobres dos que agora ensina [...]”<sup>96</sup>*

Novas medidas chegam com rapidez. E talvez novos recursos. Pelo alvará de D. Sebastião, datado de 9 de setembro de 1559, fica estabelecido que:

*“[...] haja daqui em diante um tangedor dos órgãos o qual haverá de mantimento ordenado doze mil reis em cada um anno a custa de minha Fazenda emquanto se não acabar de fazer a dita Sé; porque tanto que for acabada haverá o dito Ordenado dos quarenta mil reis, que são ordenados para a fabrica della; e o dito Tangedor servirá o dito Cargo conforme o Regimento, que lhe para isso dará o Bispo das Partes do Brasil, e o Cabido da dita Sé; [...]”<sup>97</sup>*

<sup>91</sup> Documentos históricos; Idem, v. 36, 1937, p. 20-21.

<sup>92</sup> Documentos históricos; Idem, v. 36, 1937, p. 28-30.

<sup>93</sup> Documentos históricos; Idem, v. 36, 1937, p. 31-32.

<sup>94</sup> Documentos históricos; Idem, v. 36, 1937, p. 42-44.

<sup>95</sup> Documentos históricos; Idem, v. 36, 1937, p. 49-51.

<sup>96</sup> Documentos históricos 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 92-93.

<sup>97</sup> Documentos históricos 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 27-28.

Neste caso não há dúvida. A Sé já tem um órgão, ou “órgãos”, como se falava, sem que a expressão indique necessariamente, como vimos, o plural. Nova carta régia, de 14 de setembro do mesmo ano assegura que “*assim hajam mais dois moços de Côro, além dos outros dois, que tenha a dita sé para serem por todo quatro*”,<sup>98</sup> além de aumentar os ordenados da maioria dos integrantes da Catedral. Nos assentamentos emitidos pelo Rei na mesma data, confirma-se o aumento dos ordenados e o número de moços do coro de dois para quatro<sup>99</sup> (esse aumento e seu significado será estudado adiante). Em 11 de dezembro de 1559, com os poderes outorgados pelo Rei, o governador Mem de Sá apresenta “*a Bartholomeu Pires por Mestre da Capella, e a Felipe, e a Belchior por moços do Côro*”.<sup>100</sup> O Bispo D. Pedro Leitão nomeia, na mesma data, um leigo para o mestrado da capela<sup>101</sup> e, finalmente, os dois novos moços do coro:

“[...] e a Bartholomeu Pires por Mestre da Capella por Sua Alteza assim o haver por seu Serviço, que nenhuma Dignidade servisse de Mestre da Capella, e a Felipe, por Moço do Coro, e a Belchior; [...]”<sup>102</sup>

Um dos moços do coro parece ter sido novamente substituído, mas pelo mesmo “*Diogo filho de Diogo Rodrigues*” que, ao lado de Simão de Oliveira foi um dos dois moços que atuaram no período 1554-1559, até que a eles se juntaram Felipe e Belquior. Ou então reintegrado na Sé, após ausência temporária. É o que se deduz do alvará do Bispo Pedro Leitão, datado de 19 de dezembro de 1559:

“[...] Nós nomeamos, e apresentamos a Diogo filho de Diogo Rodrigues, para que sirva de Moço de Côro de Nossa Sé, com o qual haverá seis mil reis, que Sua Alteza por sua Provisão accrescentou ora aos Moços do Côro [...] e o dito Diogo será obrigado a servir o dito Cargo de moço do Côro assim, e da maneira, que Nós ordenamos por Nosso Regimento, [...]”<sup>103</sup>

Esse Diogo, que deve ter se desligado da Sé para novamente ocupar seu lugar na capela em 1559, parece ser o mesmo Diogo Rodrigues que, em 1560, “*serviu a Capellania de Henrique Nunes*”, indicando uma carreira que pode ter sido natural na Sé: de moço do coro a capelão.

A substituição do chanfre, próximo ato de D. Pedro Leitão, parece estar ligada aos acontecimentos da época do Bispo Sardinha. João Lopes, que exercera o chantrado “*intruso*” desde 1554, renunciou em princípios de 1560, talvez por pressões políticas, desaparecendo na documentação. Rui Pimenta, nomeado cônego pelo Bispo a 11 de dezembro de 1559, por falecimento do Cônego Diogo Marques,<sup>104</sup> pôde agora entregar a

<sup>98</sup> **Documentos históricos** 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 13-15.

<sup>99</sup> **Documentos históricos** 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 93-96.

<sup>100</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 47-48.

<sup>101</sup> Em nota à margem do traslado de um alvará de 16 de setembro de 1559 (feito em 21 de maio de 1560), lê-se: “*Seguia-se em este lugar a confirmação de Bartholomeu Pires pelo Bispo D. Pedro Leitão, de Mestre da Capella da Sé, que não foi copiada por se achar riscada no Livro donde se extrahiu esta Copia.*” **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, PÁGINA?

<sup>102</sup> **Documentos históricos** 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 46-47.

<sup>103</sup> **Documentos histórico**; Idem, v. 36, 1937, p. 91.

<sup>104</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 46-47. A apresentação de Ruí Pimenta à conezia, por Mem de Sá, leva a mesma data (**Idem**, p. 47-48), enquanto sua confirmação, pelo Bispo, é de 22 de

D. Pedro carta de apresentação para o chantrado, sendo confirmado nessa função pelo mesmo, a 15 de março de 1560, data em que renuncia à conezia em favor do Padre Antônio Pinto,<sup>105</sup> iniciando suas atividades a 23 desse mês. A conezia, que fora de Rui Pimenta, passou, no entanto, a ser ocupada por Domingos Martins, a partir de 24 de maio. Diz a confirmação do Bispo:<sup>106</sup>

*“[...] Fazemos saber que perante Nós appareceu Ruy Pimenta Clerigo de Ordens Menores, e Nos apresentou uma carta de Apresentação do Senhor Diogo Moniz Barreto Fidalgo da Casa d’El-rei Nosso Senhor, Capitão da dita Cidade, e seu Governador Geral nas ditas Capitánias, e terras desta Costa do Brasil, pela qual Carta em Nome do dito Senhor como governador e Perpetuo Administrador, que é do Mestrado, e Ordem da Cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo Nos apresentou o dito Ruy Pimenta ao Chantrado da Sé da dita Cidade, que vagou por renunciação, que delle fez em Nossas mãos João Lopes, ultimo possuidor do dito Chantrado, e tambem pelo eu achar intruso nelle por fallecimento de Francisco de Vacas Chantre finalmente, que pela renunciação do dito João Lopes que em Nossas mãos tem feito, ou por estar vago por fallecimento do dito Francisco de Vacas, o apresento ao dito Ruy Pimenta ao dito Chantrado pelo melhor modo, e maneira, que com direito posso fazer. [...] E o dito Ruy Pimenta tomou posse do dito Chantrado, segundo eu escrivão da Fazenda vi por um Instrumento de posse, que o dito Ruy Pimenta serviu este Chantrado e começou a servir aos 23 dias de Março de 1560 annos, como vi por uma Certidão do Bispo feita, e assignada pelo dito Bispo aos 14 de Maio do dito anno e por mais declaração trasladei aqui a dita Certidão, [...]”*<sup>107</sup>

A partir de sua renúncia, cessam as notícias sobre João Lopes. Misterioso, porém, é o fato de o Bispo justificar para o chantrado a escolha do cônego Rui Pimenta, pelo falecimento de Francisco de Vacas, que não volta a ser mencionado na documentação baiana após o ano de 1554. Teria sido possível seu retorno a essa função, caso não falecesse antes de 1560? De qualquer maneira, a nomeação de Rui Pimenta parece ter sido bem mais cuidadosa. Nova carta de confirmação do Bispo D. Pedro Leitão é emitida em 3 de setembro de 1560, na qual declara: “*sendo por Nós examinado e achamos apto, e sufficiente para servir a dita Chantria*”. Mesmo começando servir a 23 de março, Rui Pimenta toma posse do cargo somente a 6 de setembro:

---

dezembro de 1559 (**Idem**, p. 60-62), na qual também se informa que “*Ruy Pimenta tomou posse da dita Conezia em 24 de Dezembro de 1559*”. Uma nota à margem do documento de 22 de dezembro, acrescenta: “*Esta Conezia houve o Padre Antonio Pinto por renunciação que fez della Ruy Pimenta, como consta pela Carta do dito Padre a fls. e o dito Ruy Pimenta foi apresentado ao Chantre desta Sé pelo Sr. Governador e Capitão Diogo Muniz Barreto como por sua Carta se via registada neste Livro a fls. de que fiz eu Contador esta declaração aos 25 dias de Abril de 1560. Magalhães*”.

<sup>105</sup> Segundo a confirmação pelo Bispo, feita a 15 de março de 1560, o governador “*nos apresentou o dito Antônio Pinto a uma Conezia da Sé da dita Cidade que ora vagou por renunciação, que della fez Ruy Pimenta ultimo possuidor da dita Conezia*”. **Documentos históricos**; **Idem**, v. 36, 1937, p. 80-83. Há indícios de que Francisco de Paiva ocupasse essa conezia ainda em 1560, indicando grande rotatividade nos cargos da Sé nesse período.

<sup>106</sup> Pela certidão de 14 de maio de 1560, “*Domingos Martins começou a servir a Conezia, que foi de Ruy Pimenta aos 24 de Maio de 1560*”, e não Antônio Pinto, apresentado pelo governador em 14 de maio. **Documentos históricos**; **Idem**, v. 36, 1937, p. 90-91.

<sup>107</sup> **Documentos históricos**; **Idem**, v. 36, 1937, p. 77-80.



*“[...] Fazemos saber, que perante Nós appareceu Ruy Pimenta, Clerigo de Ordens Sacras, e nos apresentou uma Carta de apresentação do Senhor Mem de Sá [...] Nos apresentou o dito Ruy Pimenta ao Chantrado da Sé da dita Cidade, que vagou por renunciação, que delle fez em Nossas Mãos João Lopes ultimo possuidor do dito chantrado, e tambem pelo eu achar intruso nelle por fallecimento de Francisco de Vacas Chantre [...] o apresento ao dito Ruy Pimenta ao dito Chantrado pelo melhor modo, e maneira, que com direito o posso, e devo fazer. [...] e sendo por Nós examinado e achamos apto, e sufficiente para servir a dita Chantria, [...] o havemos por confirmado na dita Chantria [...] outrossim será obrigado a residir, e servir pessoalmente na dita Chantria, [...]”*

*“O qual Ruy Pimenta tomou posse do dito Chantrado aos 6 de Setembro de 1560 annos, [...]”*<sup>108</sup>

Diante dessas disputas pelo chantrado da Sé e do pouco espaço que a documentação baiana reserva ao mestre de capela até 1560, fica patente o fato de que, até então, a função do chantre era mais importante que a do mestre de capela para a organização musical da Sé. A partir dessa época a situação se inverte: os chantres se tornarão cada vez mais administradores e os mestres de capela os responsáveis diretos pela música na Catedral.

Outra medida importante do Bispo em 1560 era fazer cumprir o alvará de D. Sebastião, de 9 de setembro de 1559, determinando que *“haja daqui em diante um tangedor dos órgãos”*,<sup>109</sup> além de regularizar a situação do mestre de capela Bartolomeu Pires e dos dois novos moços do coro, nomeados em 11 de dezembro de 1559.<sup>110</sup> Tais atos foram oficializados por certidão do Provedor-Mor Brás Fragoso, datada de 14 de maio de 1560:

*“[...] Assim Certifico a Vossa Mercê, que Pedro da Fonseca começou a tanger os órgãos da dita Sé dia de Natal 25 de dezembro de 1560 annos [o correto é 1559],<sup>111</sup> e o Mestre da Capella no mesmo dia de Natal da dita era, e os dois Moços do Côro, que sua Alteza ora novamente accrescentou, como se verá por sua Provisão, que Vossa Mercê mandou registrar começaram a servir a 15 de dezembro de 1559 annos; [...]”*<sup>112</sup>

Os músicos beneficiados pelos alvarás de 9 de setembro e 11 de dezembro de 1559 - o organista Pedro da Fonseca (homônimo do conhecido filósofo português)<sup>113</sup> e, como veremos, o mestre de capela Bartolomeu Pires - já deveriam estar atuando em suas funções há algum tempo. Pedro da Fonseca era cônego, nomeado a 30 de junho desse ano, por falecimento de Diogo Gonçalves.<sup>114</sup> Segundo Jaime Diniz, *“já vinha,*

<sup>108</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 148-150.

<sup>109</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 27-28.

<sup>110</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 46-47.

<sup>111</sup> De acordo com os pagamentos a Pedro da Fonseca em 1560, este recebeu durante todo o ano 30\$000 réis como cônego e 12\$000 réis como organista, mas com 1\$253 réis excedentes, talvez referentes ao ano de 1559. Esse valor corresponde a cerca de 38 dias de salário do organista. Pedro da Fonseca deve ter assumido oficialmente, em fins de novembro de 1559, o cargo criado pelo alvará de 9 de setembro.

<sup>112</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 90-91.

<sup>113</sup> Pedro da Fonseca (1528-1597), fundador da segunda escolástica portuguesa, autor do *Curso Conimbricense*, nada tem a ver com o padre Pedro da Fonseca, primeiro organista na Sé do Salvador.

<sup>114</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 15-16 e 74-77.

possivelmente, atendendo às necessidades do culto em relação ao exercício do órgão, além de suas atribuições específicas como cônego”, agora favorecido pelo alvará que, criando o cargo, resultou em ordenado que não recebia.

Para Régis Duprat, que fala sobre o mestrado da capela, “os termos contidos naquela Carta Régia [de 15 de junho de 1559] sugerem o anterior exercício do cargo, talvez por parte do próprio Bartolomeu Pires, cujas funções seriam, então, confirmadas naquela segunda data”.<sup>115</sup> Possivelmente esse mestre estaria exercendo a função já desde 1554, quando João Lopes, que anteriormente ocupou o cargo, foi nomeado chantre. Como evidência, o musicólogo destaca as atribuições ao mestre de capela, de “*pôr-se-lhe encargo de ensinar mais Orfãos, e pobres dos que agora ensina*” (15 de junho) e a de “*ensinar de graça os Orfãos, e pobres, que ao Bispo parecer*”, que consta do alvará de 2 de setembro de 1561 emitido por D. Sebastião, Rei de Portugal. Nesse último documento, o Rei aumenta o ordenado do mestre de capela Bartolomeu Pires por três anos em virtude de seu casamento, mas somente deve tê-lo feito após receber notícias do cumprimento adequado de suas funções:

“[...] Faço saber aos que este Alvará virem, que havendo eu respeito ao concerto, que o Bispo da cidade do Salvador das Partes do Brasil fez com Bartholomeu Pires Mestre da Capella da Sé da dita Cidade, e a informação, que delles escreveu, e ao trabalho, que lhe accresceu de ensinar de graça os Orfãos, e pobres, que ao Bispo parecer; e havendo tambem respeito ao dito Bartholomeu Pires casar com uma filha de Paula Serrão Hei por bem, e Me Praz de lhe accrescentar dez mil reis em cada um anno por tempo de tres annos somente, alem dos 20\$ reis, que ao dito Cargo são ordenados, para que do primeiro dia de Janeiro do anno que vem de 1562 em diante, tenha, e haja 30\$ reis cada um dos ditos tres annos, [...]”<sup>116</sup>

Quem era esse Bartolomeu Pires? certamente português e homem de posses: em 1552 edificara a igreja da Ilha de Maré, onde possuía um engenho de açúcar.<sup>117</sup> Gabriel Soares de Sousa, em 1587, fala de sua propriedade:

“[...] A ilha de Maré é muito boa terra para canaviais, e algodões, e todos os mantimentos, onde está um engenho de açúcar que lavra com bois, que é de Bartolomeu Pires, mestre de capela da Sé, aonde estão assentados de sua mão passante de vinte moradores, os quais têm aqui uma igreja de Nossa Senhora das Neves, muito bem consertada, com seu cura que administra os Sacramentos a estes moradores.”<sup>118</sup>

O que mais se pode saber sobre a música da Sé nesse período diz respeito aos salários dos responsáveis pelo seu ensino e execução. Os novos ordenados dos membros

<sup>115</sup> DUPRAT, Régis. A música na Bahia colonial. **Idem**, p. 97.

<sup>116</sup> **Documentos históricos**; Idem, v. 36, 1937, p. 170-172.

<sup>117</sup> “BARTOLOMEU PIRES - Mestre de capela da Sé, desta cidade do Salvador, era casado com Isabel Serram, cristã velha, filha de Francisco de Medeiros e Paula Serram, conforme declarou a própria Isabel, na denúncia feita a 21 de Agosto de 1591, assinada a rogo. ¶ Em 1552 edificou Bartolomeu Pires a igreja de Maré.” Cf. SOUSA, Gabriel Soares de. **Idem**. Senhores de engenho do Recôncavo da Bahia, em 1587, citados por Gabriel Soares de Sousa; ligeiras notas biográficas pelo Dr. Pirajá da Silva, p. 416.

<sup>118</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. **Idem**. Segunda Parte, cap. 18, p. 71.

da Sé, fixados pela carta régia de 14 de setembro de 1559<sup>119</sup> e confirmados nos assentamentos emitidos pelo Rei na mesma data,<sup>120</sup> podem ser tabelados, com auxílio de outros documentos transcritos neste artigo (Tabela I). Praticamente não existirão alterações nesses números até 1608:

**Tabela I:** Salários (em réis) dos membros da Sé de Salvador no século XVI.

Cargos / período	1552-1559 <sup>121</sup>	após 1559	1562-1564	1587 <sup>122</sup>	1590 <sup>123</sup>
Bispo	[200\$000?]	400\$000 <sup>124</sup>	-	-	-
Deão	20\$000 <sup>125</sup>	40\$000	-	40\$000	-
Mestre escola	20\$000	35\$000	-	35\$000	-
Tesoureiro	20\$000	35\$000	-	35\$000	-
Chantre	20\$000	35\$000	-	35\$000	-
Cônegos	12\$000	30\$000	-	30\$000	-
Meios cônegos	-	15\$000	-	-	-
Mestre de capela	20\$000 <sup>126</sup>	-	30\$000	-	40\$000
Capelães	8\$000	12\$000	-	-	-
Tangedor dos órgãos	-	12\$000 <sup>127</sup>	20\$000? <sup>128</sup>	-	20\$000
Moços do coro	2\$000	6\$000	-	-	-

Dados importantes são os que constam à margem dos assentamentos dados pelo Rei D. Sebastião a 14 de setembro de 1559.<sup>129</sup> Nesse documento estão registrados, de forma incompleta e com acúmulos referentes a épocas anteriores ou a dupla função, os pagamentos de todos os membros da Sé no período 1560-1562, sempre efetuados por quadrimestres ou períodos próximos. O documento menciona com precisão as datas dos pagamentos e o oficial responsável pelos mesmos, o que não transcreveremos por falta de espaço. Na tabela II podemos observar os rendimentos das pessoas envolvidas com a

<sup>119</sup> Documentos históricos 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 13-15.

<sup>120</sup> Documentos históricos 1559-1577; Idem, v. 36, 1937, p. 93-96.

<sup>121</sup> Como vimos, os cargos explicitados nessa tabela foram sendo preenchidos entre 1552 e 1554 pelo Bispo D. Pero Fernandes Sardinha. Não existem o organista e os meios-cônegos antes de 1559. O primeiro a assinalar um subchantre é Gabriel Soares de Sousa (*Idem*, Segunda Parte, cap. 8, p. 66) em 1587, mas de forma indireta: “cinco dignidades”.

<sup>122</sup> Dados extraídos de Gabriel Soares de Sousa. *Idem*. Ibidem.

<sup>123</sup> Dados extraídos de VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *A ordem de Christo e a música religiosa nos nossos domínios ultramarinos* [...] Coimbra, Imp. da Universidade, 1910. Doc. 6, p. 75. Apud STEVENSON, Robert. Some portuguese sources ... *Idem*, p. 32.

<sup>124</sup> Este valor foi calculado com base na tabela n.º 2.

<sup>125</sup> O Bispo D. Pero Fernandes, ao chegar à Bahia, em 1552, “trouxe por Adayam Gomez Ribeiro, capelão de V. A., e por preguador, com vinte mil reis d’ordenado, e o encarregou tambem de Vigairo Gerall”. Cf. Carta de D. Duarte da Costa a D. João III, Rei de Portugal. Salvador, 8 de abril de 1555. In: LEITE, Serafim. *Idem*, doc. 34, p. 217.

<sup>126</sup> Informação contida na carta do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha ao Rei de Portugal D. João III, de 12 de julho de 1552, o qual fala em “os vinte mil reaes do mestre da capela que comigo veio”.

<sup>127</sup> Somente o ordenado do “tangedor dos órgãos” foi fixado pelo alvará de 9 de setembro de 1559. Os demais foram instituídos pela carta régia e pelos assentamentos de 14 de setembro.

<sup>128</sup> O registro de pagamento, como vimos, não é preciso no que se refere ao organista, Francisco da Luz, a partir de setembro de 1561. Recebe 4\$000 réis no último quadrimestre desse ano, mas “a razão de 200\$ reis que tem”. Um aumento para 20\$000 réis somente poderia ter ocorrido a partir de 1562, mas é possível que o ordenado de Francisco da Luz continuasse a ser de “doze” e não “duzentos” réis. De qualquer maneira, em 1590, esse ordenado é realmente de 20\$000 réis. Cf. VITERBO, Francisco Marques de Sousa. *Idem*. Ibidem.

<sup>129</sup> Documentos históricos; Idem, v. 36, 1937, p. 95-103.

música nesse período, comparando-os aos rendimentos dos demais integrantes da Catedral. As frações representam a quantidade de “terços” recebidos do ordenado anual. Os cargos incertos estão acompanhados por pontos de interrogação e aqueles conhecidos por outros documentos inseridos entre parêntesis:

**Tabela II:** *rendimentos (em réis) dos membros da Sé de Salvador em 1560.*

<b>Membros da Sé / Quadrimestres</b>	<b>1.º</b>	<b>2.º</b>	<b>3.º</b>
<b>Bispo D. Pedro Leitão</b>	-	157\$777 (2/3)	-
<b>Deão (Marcos Pires)</b>	15\$221	13\$440	-
<b>Mestre Escola Silvestre Lourenço</b>	13\$026	12\$446 (2/3)	-
<b>Tesoureiro Felipe Estácio</b>	1\$360 + 11\$666 (2/3)	12\$445 (2/3)	-
<b>Chantre (João Lopes)</b>	\$563	-	-
<b>Chantre Rui Pimenta</b>	3\$692+6\$833 (2/3) <sup>130</sup>	11\$667 (2/3)	-
<b>(Cônego) Afonso Pires<sup>131</sup></b>	10\$000	-	-
<b>Cônego Antônio Gonçalves</b>	1\$366 + 10\$000	12\$466 (1/3)	-
<b>Cônego Bartolomeu Garcia</b>	10\$000	11\$416	-
<b>(Cônego) Domingos Martins<sup>132</sup></b>	\$666 + \$383 (2/3)	-	-
<b>(Cônego) João Barantes<sup>133</sup></b>	10\$000 + 4\$250 <sup>134</sup>	10\$000 <sup>135</sup>	-
<b>(Cônego) João Fernandes</b>	10\$000 + 1\$166	-	-
<b>Cônego Pedro da Fonseca</b>	10\$000	10\$800	-
<b>Meio Cônego Francisco de Argolo</b>	5\$000 + \$291	3\$991 (2/3)	-
<b>(Meio) Cônego Francisco de Paiva</b>	4\$250	8\$456 <sup>136</sup>	-
<b>Meio Cônego?</b>	5\$000		
<b>M. de capela Bartolomeu Pires</b>	\$998	-	13\$335
<b>(Meio cônego?) João Gonçalves</b>	2\$566	-	-
<b>Capelão Henrique Nunes</b>	4\$421	5\$300 <sup>137</sup> + 3\$066 (2/3)	-
<b>(Capelão?) Diogo de Almeida</b>	4\$421	4\$312 (1/3)	-
<b>(Capelão) Diogo Rodrigues<sup>138</sup></b>	-	\$933 (2/3) <sup>139</sup>	-
<b>Capelão Jacobus Rodrigues</b>	4\$421	4\$312	-
<b>(Capelão) Miguel Martins</b>	-	2\$333 <sup>140</sup>	-
<b>Capelão Pedro Barbosa</b>	-	4\$312	-
<b>(Capelão?) Pedro Gonçalves Nunes</b>	3\$000	4\$000	-
<b>Organista Pedro da Fonseca</b>	6\$033	3\$220 <sup>141</sup>	4\$000 <sup>142</sup>
<b>Moço do coro Felipe<sup>143</sup></b>	2\$216	1\$215	-

<sup>130</sup> O segundo pagamento é “do tempo que serviu de cônego”. Fora nomeado cônego por provisão de 11 de dezembro de 1559, substituindo Diogo Marques, que falecera. É o chantre desde 15 de março de 1560.

<sup>131</sup> Substituído, nesse ano, por Domingos Martins.

<sup>132</sup> Substituiu, nesse ano, Afonso Pires.

<sup>133</sup> Aparecem também as formas “Barranches” e “Marantes”.

<sup>134</sup> O segundo pagamento é “do tempo em que serviu a Meia Conezia”.

<sup>135</sup> “que serviu a Conezia de Duarte Dias”.

<sup>136</sup> “pelo Padre [Domingos Martins?] , que serviu a Conezia de Antônio Pinto [anteriormente de Rui Pimenta] , que ora é sua”.

<sup>137</sup> O primeiro pagamento é “do tempo que serviu a Conezia”.

<sup>138</sup> Será este Diogo Rodrigues o mesmo “Diogo filho de diogo Rodrigues” que foi moço do coro de 1554 a 1559?

<sup>139</sup> “do tempo que serviu a Capellania de Henrique Nunes”.

<sup>140</sup> “do tempo que serviu a Capellania do dito Marçal Rodrigues”.

<sup>141</sup> “que se lhe montavam no dito tempo de tangedor”, no período de 1.º de maio a 6 de agosto de 1560.

<sup>142</sup> “de Tangedor dos Orgãos do 1.º de Setembro de 1560 até o derradeiro de Dezembro delle a razão de 200\$ reis por anno”. Existe erro no registro do ordenado anual. Recebendo 4\$000 réis por quadrimestre, o salário do organista seria 12\$000 réis por ano.

<b>Membros da Sé / Quadrimestres</b>	<b>1.º</b>	<b>2.º</b>	<b>3.º</b>
<b>Moço do coro Belchior</b>	2\$216	1\$215	-
<b>Moço do coro Simão de Oliveira</b> <sup>144</sup>	2\$287	1\$215	-
<b>Moço do coro Diogo (Rodrigues)</b>	2\$287	1\$215	-

As parcelas dos ordenados referentes ao terceiro quadrimestre de 1560 não foram completamente especificadas. O Bispo, quatro dignidades, seis cônegos, dois meios-cônegos, seis capelães e quatro moços do coro receberam de um oficial 181\$000 e de outro 109\$333 réis e 1/3 (?), totalizando 250\$333, com mais 2/6 (?) ao Bispo e demais membros da Sé. Para o ano de 1561 (Tabela III), os dados são um pouco mais completos, embora não sejam especificados todos os nomes:

**Tabela III:** *Salários (em réis) dos membros da Sé de Salvador em 1561.*

<b>Quadrimestres de 1561</b>	<b>1.º</b>	<b>2.º</b>	<b>3.º</b>
<b>Bispo (D. Pedro Leitão)</b>	133\$333 (1/3)	133\$333 (1/3)	133\$333 (1/3)
<b>Deão (Marcos Pires)</b>	13\$383 (1/3)	13\$333 (1/3)	[13\$333?] <sup>145</sup>
<b>Três Dignidades a cada uma</b>	11\$666 (1/3)	11\$666 (2/3)	11\$666 (2/3)
<b>Seis Cônegos a cada um</b>	10\$000	10\$000	10\$000
<b>Dois Meios Cônegos a cada um</b>	5\$000	5\$000	5\$000
<b>Seis Capelães a cada um</b>	4\$000	4\$000	4\$000
<b>Organista Pedro da Fonseca</b>	4\$000 <sup>146</sup>	4\$000	-
<b>Organista Francisco da Luz</b>	-	-	4\$000 <sup>147</sup>
<b>Quatro Moços do Coro a cada um</b>	2\$000	2\$000	2\$000

Em 1562 também não há especificação total dos ordenados. No primeiro quadrimestre (janeiro a abril) os membros da Sé recebem um total de 283\$666 réis. O segundo pagamento desse ano, correspondente ao período de 1.º de março (sic) a 31 de agosto de 1562, totaliza 283\$666 réis, enquanto o terceiro (setembro a dezembro), sem contar o Bispo, 150\$716 réis.<sup>148</sup> Em nenhum dos três pagamentos são mencionados o mestre de capela e o organista mas, à exceção desses, os ordenados permanecem os mesmos na Catedral e, nesse ano, pagos de forma mais organizada. Segundo o alvará de 2 de setembro de 1561, o mestre de capela Bartolomeu Pires deveria ter recebido, a partir de 1562, o aumento para 30\$000 réis, durante três anos. Quanto ao organista, nada mais se saberá sobre essa função na Sé até o século XVIII.

Poucas alterações de salários são documentadas no século XVI após sua fixação pelo alvará e pela carta régia de setembro de 1559. Uma delas é o aumento, por três anos, do ordenado do mestre de capela Bartolomeu Pires, de 20\$000 para 30\$000. Em 1590 o salário do organista é 20\$000 réis e o do mestre de capela 40\$000, segundo

<sup>143</sup> No documento não aparecem os nomes de Felipe e Belchior, mas consta apenas o pagamento aos “dois moços do coro novos cada um”.

<sup>144</sup> No documento não aparecem os nomes de Simão de Oliveira e Diogo, mas consta apenas o pagamento aos “Outros dois velhos cada um”.

<sup>145</sup> Valor estimado.

<sup>146</sup> Novamente, o documento registra o pagamento “a razão de 200\$ reis por anno”.

<sup>147</sup> O documento acusa o pagamento de 4\$000 réis a Francisco da Luz “de tanger os Orgãos da Sé”. Este novo organista assume o posto recebendo por quadrimestre o mesmo que Pedro da Fonseca. No entanto, persiste a informação “a razão de 200\$ reis que tem”. Ou o salário anual do organista passou a ser 20\$000 réis por ano a partir de 1560 ou 1562, o que não corresponde à somatória dos três pagamentos de 4\$000, ou permaneceu em 12\$000 réis, tendo o escrivão registrado “duzentos” no lugar de “doze”.

<sup>148</sup> A somat

documento escrito em Lisboa a 13 de julho desse ano e transcrito por Francisco Marques de Sousa Viterbo.<sup>149</sup>

Tais números são suficientes para se perceber a hierarquia econômica dos cargos da Sé e o tratamento inferior dado aos músicos. Afora o bispo, os ordenados mais altos eram os do deão (cerca de um décimo do salário do bispo) e do vigário geral, seguidos pelas demais dignidades, entre as quais o chantre (o subchantre, como veremos, terá no máximo, a metade do salário do chantre). Abaixo das dignidades, encontramos os cônegos, recebendo pouco menos que o deão e as demais dignidades (os meios cônegos tinham salário equivalente à metade do salário dos cônegos). O mestre de capela vinha em seguida, recebendo menos da metade do deão. Os salários mais baixos de toda a Sé eram aqueles pagos ao organista (quase a metade do mestre de capela) e aos cantores, ou seja, capelães (recebendo pouco menos que os meios cônegos e o mesmo que o organista) e moços do coro, sendo que os moços, jovens e leigos, recebiam cerca da metade do que era destinado aos capelães, adultos e clérigos. O ordenado dos moços do coro, para se ter uma idéia do tratamento diferenciado que se dava aos membros da Sé, era cerca de 67 vezes inferior ao ordenado do bispo.

Com relação a novos integrantes da capela, somente o ingresso do padre Francisco da Luz, do qual nada se sabe além dessa notícia, é assinalado nesse período. Sobre Pedro da Fonseca, o antigo ocupante desse cargo, Jaime Diniz informa que, após o exercício da função de organista, torna-se “vigário da Paróquia de Villa Velha, onde começou a servir em fevereiro de 1562, permanecendo no posto até inícios de abril de 1565.”<sup>150</sup> Somente no século seguinte serão registrados os nomes dos novos chantres e mestres de capela. Os organistas, até o século XVIII serão completamente desconhecidos.

O que dizer sobre o repertório musical da Catedral no século XVI? Régis Duprat supõe, pelo aumento de dois para quatro moços do coro, a adoção de um repertório polifônico.<sup>151</sup> Até 1556, pelo menos, música a “canto de órgão”, ou seja, polifônica, não foi comum na Bahia, como demonstra este relato do irmão jesuíta Antônio Blásques, de 01/01/1557:<sup>152</sup>

*“E para que nosso prazer fosse de todo comprido, em esta sação dixе missa nova o P.<sup>e</sup> João Gonçalves, em dia de Nossa Senhora de Agosto [15/08/1556], achando-se a ella presente o Governador [D. Duarte da Costa] com toda a mais gente da cidade [da Bahia]. E dado que não foy festejada com frautas e canto de orgão, todavia tivemos cá huma cousa que leva vantagem a toda a musica e cantares, porque ordenou o Padre*

<sup>149</sup> VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **A ordem de Christo e a música religiosa nos nossos domínios ultramarinos** [...] Coimbra, Imp. da Universidade, 1910. Doc. 6, p. 75. Apud STEVENSON, Robert. Some portuguese sources ... **Idem**, p. 32.

<sup>150</sup> DINIZ, Jaime. Uma notícia... op. cit., p. 46. O mesmo autor, em Velhos organistas do passado, 1559-1745 (**Universitas**, Salvador, nº 10, p. 5-42. set./dez. 1971) rastreia, nos **Documentos históricos**, as atividades do ex-organista da Sé na paróquia de Vila Velha até 1565.

<sup>151</sup> “Vê-se, portanto, que a partir de fins de 1559 a Sé da Cidade do Salvador da Bahia já possui uma razoável e ativa capela de música, composta de um Mestre de Capela, um organista e quatro moços do côro. A ampliação dêste último, naquele momento providenciada, prender-se-ia às necessidades e exigências de execução de um repertório polifônico quinhentista, ao qual Portugal do século XVI não estava absolutamente alheio. E a disponibilidade dêstes elementos na capela de música da Sé não parecer ter sofrido solução de continuidade através dos anos; pelo contrário”. Cf. DUPRAT, Régis. A música na Bahia colonial. **Revista de História**, São Paulo, v. 10, n.º 61, p. 98, jan./mar. 1965.

<sup>152</sup> “Quadrimestre de setembro de 1556 a janeiro de 1557 pelo Ir. Antonio Blásquez [?], [Baía, 1 de Janeiro de 1557]”. In: LEITE, Serafim. Op. cit., 1957, v. 2, doc. 52, p. 345-356.

[Nóbrega] *que os indiozinhos cathecumenos os bautizamos elle* [João Gonçalves] *em este mesmo dia. [...]*”

O ensino musical da Sé até 1559 deve ter sido afetado pela situação política instável de Salvador e pela fraca organização musical desse templo. A partir dessa data, a responsabilidade maior de preparo da música recai sobre o mestre de capela - Bartolomeu Pires - que será o mesmo até inícios do século seguinte. Entre a administração de seu engenho e o ensino dos “*órfãos e pobres*” de Salvador, teria sido capaz de trabalhar a música polifônica com o mesmo empenho que tiveram os jesuítas?

### **A organização musical antes da invasão holandesa: 1608-1624**

O período situado entre 1562 e 1665 é aquele do qual menos se sabe sobre as atividades musicais da Sé de Salvador. As notícias, por essa época, são muito raras, como estas, em que cantores da Sé (provavelmente capelães) foram observados por Fernão Cardim cantando no colégio dos jesuítas em 1584. A capela, preparada pelos jesuítas, era de índios com flautas e o coro de alguns cantores da Sé, “*com frautas e outros instrumentos musicos*” em uma oportunidade e “*com orgãos, cravos e descantes*” em outra. Neste caso, a utilização do “canto de órgão”, ou seja, da polifonia, não deixa duvidas:<sup>153</sup>

*“Aos 3 de Maio, dia da invenção da Cruz, houve jubiléu plenário em nossa casa, missa de canto d’orgão, officiada pelos indios e outros cantores da Sé, com frautas e outros instrumentos musicos.”*

[...]

*“Ao dia seguinte [17 de outubro de 1584], por ser dia das Onze mil virgens, houve no collegio [da Bahia] grande festa da confraria das Onze mil virgens, que os estudantes têm a seu cargo; disse missa nova cantada um padre com diacono e subdiacono. Os padrinhos foram o padre Luiz da Fonseca, reitor, e eu [Fernão Cardim] com nossas capas d’asperges. A missa foi officiada com bôa capella dos indios, com frautas, e de alguns cantores da Sé, com orgãos, cravos e descantes. [...]*”<sup>154</sup>

Gabriel Soares de Sousa, em 1587, refere-se à música da Sé em termos modestos:

*“Serve-se nesta igreja [Sé de Salvador] o culto divino com cinco dignidades, seis cônegos, quatro capelães, um cura e coadjutor, quatro moços de coro e mestre da capela; e muitos destes ministros não são sacerdotes; e ainda que são tão poucos, fazem-se nela os ofícios divinos com muita solenidade, o que custa ao bispo um grande pedaço da sua casa, por contentar os sacerdotes que prestam para isso, com lhe dar a cada um, um tanto com que queiram servir de cônegos e dignidades, do que os clérigos fogem por não ter cada cônego mais de trinta mil réis, e as dignidades a*

<sup>153</sup> CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**; introduções e notas de Rodolpho Garcia, Baptista Caetano e Capistrano de abreu. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1980. Doc. 3: “*Informação da missão do p. Christovão Gouvêa às partes do Brasil ou narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*”, p. 159.

<sup>154</sup> CARDIM, Fernão. **Op. cit.**, p. 164.

*trinta e cinco, tirado o deão que tem quarenta mil réis, o que lhes não basta para se vestirem. Pelo que querem antes ser capelães da Misericórdia ou dos engenhos, onde têm de partido sessenta mil-réis, casas em que vivam e de comer; e nestes lugares rendem-lhe suas ordens e pé de altar outro tanto. [...]*<sup>155</sup>

Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910),<sup>156</sup> um dos poucos pesquisadores portugueses do século XIX que se interessaram pela música no Brasil colonial, reuniu documentos que comprovam a permanência de Bartolomeu Pires no mestrado da capela até pelo menos 1586. Antônio de Alcântara Machado acusa seu nome na função ainda em 1592<sup>157</sup> e um novo mestre de capela não será registrado antes de 1608. Se não houve outro ocupante desse cargo até inícios do século XVII, Bartolomeu Pires exerceu o mestrado da capela por quase 50 anos, falecendo com uma idade entre 70 e 80 anos. Ecos de sua atividade chegaram à Vila de São Paulo de Piratininga em 1623, onde se sabia que o Padre Vigário Bento Ferraz era “*sobrinho do mestre da capella Bartholomeu Pires*”.<sup>158</sup> Francisco Borges da Cunha, do qual pouco se sabe, é o próximo mestre de capela assinalado por Sousa Viterbo, atuando desde pelo menos 1608, quando há aumento de salário para todos os membros da Sé, até cerca de 1660. Dois mestres, apenas, foram os responsáveis pelo ensino e preparação da capela por cerca de 100 anos, o que indica estabilidade do cargo e, provavelmente, dos métodos de ensino.

O que mais se sabe sobre a organização musical da Sé até cerca de 1624 diz respeito aos ordenados de seus integrantes. Quatro documentos do primeiro quartel do século XVII informam sobre os ordenados dos membros da Catedral. O primeiro deles é um alvará do Rei D. Felipe III, com data de 23 de novembro de 1608, aumentando todas as provisões que vigoraram no século XVI.<sup>159</sup> O fato desse alvará ser o primeiro a

<sup>155</sup> SOUSA, Gabriel Soares de. **Idem**. Ibidem. O comentário seguinte é de Francisco Adolfo de Varnhagen: “-*Tinha ja a cidade do Salvador [em 1587] bons edificios, porém a sé estava, como a de Pernambuco, por concluir. Havia nella cinco dignidades, seis conegos, dois meio conegos, quatro capellães, um cura e coadjutor, quatro moços de coro e mestre de capella, dos quaes muitos não eram sacerdotes, em geral mais mal pagos que os capellães dos engenhos; cujos logares os ecclesiasticos preferiam*”. Cf. [VARNHAGEN, Francisco Adolpho de]. **Historia geral do Brazil isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba**. [...] Rio de Janeiro, E. e H. Laemmert, v. 1, 1854, seção 23, p. 298.

<sup>156</sup> VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **Idem**. p. 13-79. Apud STEVENSON, Robert. **Idem**. Ibidem.

<sup>157</sup> MACHADO, Antônio de Alcântara. Anchieta na Capitania de São Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 159, p. 5-94, 1929. Apud ANCHIETA, Joseph de. **Cartas**; correspondência ativa e passiva; pesquisa, introdução e notas Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. São Paulo, Edições Loyola, Vice-Postulação da Causa de Canonização do Beato José de Anchieta, 1984. Doc. 50p. 39 (Obras completas, v. 6), o mestre de capela da Sé da Bahia em 1592 seria ainda Bartolomeu Pires, no cargo desde que o mesmo foi criado, em 15 de junho de 1559 (**Documentos históricos**, v. 36, 1937, p. 92-93). Na carta de Anchieta ao Capitão Miguel de Azeredo, no Espírito Santo (Bahia, 1.º de setembro de 1592), lê-se: “E foi o caso que o Rocha [de Sá] era favorecido do Mestre da Capela e lhe dava de comer”.

<sup>158</sup> Inventário de Izabel Beldiaga (Vila de São Paulo, 17 de fevereiro de 1623). **Inventários e testamentos**, São Paulo, v. 6, 1920, p. 6.

<sup>159</sup> “*Graça concedida aos Ecclesiasticos do Estado do Brazil, em que Sua Magestade houve por bem augmentar os ordenados pelo Alvará de 23 de Novembro de 1608*”. In: LISBOA, Baltazar da Silva. **Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a historia civil e ecclesiastica, até a chegada d’El-Rei Dom João VI; além de noticias topographicas,**



aumentar os ordenados desde o tempo de Mem de Sá e D. Pedro Leitão é confirmado por Sebastião da Rocha Pita em 1730: “*sendo naquelle tempo [1552] tenues as rendas Reaes, tinhaõ parcos ordenados; depois se lhes accrescentaraõ por ordem delRey Catholico Filippe III. em Castella, e Segundo em Portugal, no anno de mil e seis centos e oito*”.<sup>160</sup>

Um outro documento, agora de c. 1616 e com o título *Rezão do Estado do Brasil*,<sup>161</sup> rica estatística das oito capitanias e crônica da situação do Brasil na época de D. Diogo de Menezes e Siqueira (1608-1612), registra a maioria dos ordenados nesse período, apresentando algumas discordâncias com relação ao aumento de 1608.

Novo alvará de Felipe III, agora de 24 de outubro de 1616,<sup>162</sup> apenas confirma parte dos ordenados fixados em 1608. Mas o documento mais interessante para esse período é a *Relação das Capitanias do Brasil*,<sup>163</sup> escrita em partes, de pouco antes de 1617 até pouco após 1624, apresentando considerável redução nos rendimentos de todos os membros da Sé. A invasão holandesa da Bahia em 1624 e a formação do Brasil Holandês nas capitanias do nordeste (1630-1654) devem ter resultado em consideráveis prejuízos dos trabalhos na Catedral, dos quais, infelizmente não temos notícias até 1665. A Tabela IV apresenta uma estatística com base na documentação coligida. Note-se que, após 1608, a relação entre os ordenados do bispo e dos moços do coro passa de cerca de 67 para cerca de 137 vezes, mais que o dobro da relação que existiu no século XVI.

**Tabela IV: Salários dos membros da Sé de Salvador no século XVII.**

cargos / períodos	antes 1608	1608 (Felipe III)	1608-1612 (REB)	1616 (Felipe III)	c.1617-c. 1624 (RCB)
<b>Bispo</b>	400\$000?	-	1100\$000	-	-
<b>Tesoureiro da Fábrica</b>	100\$000 <sup>164</sup>	[200\$000] <sup>165</sup>	200\$000	122\$000 <sup>166</sup>	200\$000
<b>Vigário geral</b>	[35\$000]	80\$000 <sup>167</sup>	100\$000	[100\$000?]	[60\$000?]
<b>Deão</b>	40\$000	120\$000	120\$000	120\$000	[100\$000?]
<b>Mestre escola</b> <sup>168</sup>	35\$000	80\$000	100\$000	100\$000 <sup>169</sup>	60\$000? <sup>170</sup>

zoologicas, e botanicas por [...]. Rio de Janeiro, Typ. Imp. E. Const. de Seignot-Plancher, 1834. v. 1, prancha entre as p. xxvi e 1.

<sup>160</sup> PITA, Sebastião da Rocha. **Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, ate o de mil e setecentos e vinte e quatro** [...]. Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva, 1730. Livro 2, § 25, p. 79.

<sup>161</sup> **Livro que dá razão do estado do Brasil**; edição comemorativa do V centenário de nascimento de Pedro Álvares Cabral. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1968. p. 60 e 71.

<sup>162</sup> Registo da folha geral do Estado do Brasil. **Annaes do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, segunda parte, 1927, p. 12-32. Há outra versão manuscrita desse alvará, com data de 10 de junho de 1617, em cópia de 8 de novembro de 1616, trasladada do códice I-19, 7 da Biblioteca Nacional, com o título “*Registo da Folha Geral deste Estado por um traslado delle, que veiu de Pernambuco sobscripto e assignado por Manuel Mendes de Vasconcellos Escrivão da Fazenda a fiz aqui trasladar para clareza della por não apparecer o original*” e publicada em **Documentos históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, 1930, p. 25-66.

<sup>163</sup> *Relação das Capitanias do Brasil*. **Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 62, parte I, 1900. p. 5-25.

<sup>164</sup> Informação de Gabriel Soares de Sousa. **Idem**. Cap. 8, p. 66.

<sup>165</sup> Os valores entre colchetes são estimados.

<sup>166</sup> O documento se refere ao “*Thesoureiro-mor*”.

<sup>167</sup> Não consta o ordenado do Vigário Geral neste alvará, mas é mencionado o valor de 80\$000 para o “*Dito da Igreja de Sergipe*”.

<sup>168</sup> Os documentos mencionam, à exceção do Deão, apenas as dignidades, que desdobramos em mestre escola, tesoureiro e chantre.

<sup>169</sup> O documento menciona quatro dignidades (incluindo o chantre).

cargos / períodos	antes 1608	1608 (Felipe III)	1608-1612 (REB)	1616 (Felipe III)	c.1617-c. 1624 (RCB)
Tesoureiro	35\$000	80\$000	100\$000	100\$000 <sup>171</sup>	[60\$000?]
Chantre	35\$000	80\$000 <sup>172</sup>	[100\$000]	[100\$000]	[60\$000?]
Subchantre	[15\$000?]	40\$000	40\$000	40\$000	[20\$000?]
Cônegos	30\$000	80\$000	80\$000	80\$000	40\$000
Meio cônegos	15\$000	40\$000	40\$000	40\$000	20\$000
Mestre de capela	40\$000? <sup>173</sup>	50\$000	50\$000	50\$000	40\$000
Padre cura	[20\$000?]	50\$000	30\$000	50\$000	35\$000
Sacristão	[10\$000?]	30\$000	30\$000	30\$000	25\$000
Coadjutor	[10\$000]	30\$000	30\$000	30\$000	25\$000
Organista	20\$000? <sup>174</sup>	30\$000	30\$000	30\$000	20\$000
Porteiro da maça	[15\$000?]	20\$000	20\$000	20\$000	[15\$000?]
Capelães	12\$000	40\$000	15\$000	15\$000	15\$000
Moços do coro	6\$000	8\$000	8\$000	8\$000	6\$000

José Augusto Alegria<sup>175</sup> registra informações, por onde se conclui que o trabalho dos moços do coro e do mestre de capela valia, em termos monetários, bem menos no Brasil que em Portugal: “*O mestre de capela em 1542 [na Sé de Évora] recebia por isso 60.000 réis por ano, sendo a média dos ordenados dos cantores 20.000*”. A diferença se torna absurda se compararmos o salário dos músicos brasileiros com o “*Quadro das despesas da Capella Real, segundo a letra de seus Estatutos, dados por Filipe II, a 2 de janeiro de 1592*”, transcrito por Joaquim de Vasconcellos:<sup>176</sup> “*Ao mestre de Capella 80\$000; A cada Cantor [eram 24] 50\$000 - 1.200\$000; A cada Organista [eram 2] 50\$000 - 100\$000; A cada Moço da Capella [eram 18] 20\$000 - 360\$000*”. Os pagamentos de 1651 na Sé de Évora, compilados por Alegria,<sup>177</sup> registram considerável aumento com relação ao século XVI e uma relação de cerca de dois para um, com relação aos salários de cargos similares no Brasil: Ao mestre de capela 80\$000; ao mestre da claustra 40\$000; aos organistas 40\$000 e 60\$000 ; aos cantores 16\$000, 20\$000, 35\$000 e 40\$000; ao reitor do colégio 33\$480; aos sacabuxas 25\$000 e 50\$000; ao contrabaixo 30\$000; aos charamelas 16\$000 e 40\$000; ao baixão (que também tocava charamela) 38\$000; ao músico que tocava corneta, fagote e charamela

<sup>170</sup> O documento menciona cinco dignidades. O valor fornecido para cada uma delas, no documento, é cinco mil réis, valor obviamente incorreto. A somatória dos ordenados apresentada na relação é 819\$000 réis, contra os 544\$000 resultantes do nosso cálculo. Portanto, o valor real para as cinco dignidades juntas deveria ser 300\$000 réis, ou seja, 60\$000 para cada uma.

<sup>171</sup> O documento menciona quatro dignidades (incluindo o chantre).

<sup>172</sup> Não é explícito o ordenado do chantre mas, como uma das três dignidades, deveria receber 80\$000 réis por ano.

<sup>173</sup> Os 30\$000 réis, pelos documentos conhecidos, foram outorgados ao mestre de capela (na ocasião Bartolomeu Pires), apenas por três anos (1562-1564). Teria se estendido esse ordenado por mais tempo? Francisco Marques de Sousa Viterbo (**op. cit.**) informa que, em 1590, o salário do mestre de capela era de 40\$000 réis por ano.

<sup>174</sup> Em 1559 o ordenado do organista era de 12\$000 mas, segundo Francisco Marques de Sousa Viterbo (**op. cit.**), em 1590 já era de 20\$000 réis por ano.

<sup>175</sup> ALEGRIA, José Augusto. **História da escola de música da Sé de Évora**. [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, 1973. Cap. 1, n.º 2, p. 29. Alegria extraiu os dados de Armando Nobre de Gusmão. Cantores e Músicos em Évora nos anos de 1542 e 1552, separata dos **Anais da Academia Portuguesa da História**, Lisboa, 1964 (não cita número nem página).

<sup>176</sup> VASCONCELOS, Joaquim de. **Os Musicos Portuguezes**; Biographia-bibliographia [...]. Porto, Imprensa Portuguesa, 1870. v. 2, 2.ª f. inum., ao final do livro.

<sup>177</sup> ALEGRIA, José Augusto. **Idem**. Cap. 4, p. 74-75.

55\$000; ao harpista 15\$000; ao mestre de latim 20\$000; ao médico 8\$000; ao sangrador 6\$000 e ao cirurgião 2\$000.

Os salários dos músicos da Sé da Bahia provavelmente continuaram a diminuir e só voltaram a ser aumentados em inícios do séc. XVIII. Pelo menos é o que se deduz desta passagem de Francisco Curt Lange,<sup>178</sup> que usa como fonte o códice 96 do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (f.262r-262v): “*O tal aumento veio, efectivamente, modificando a resolução de 9 de abril de 1707 com data de 23 de agosto de 1727, percebendo o mestre de capela 40\$000 réis com 20 de aumento, os quatro moços do coro 12\$000 réis com 6 adicionais e o organista passando de 25\$000 réis para 37\$000 réis com 12\$000 de melhora. Esta disposição foi tomada logo depois pelos outros bispados como de caráter geral, originando alguns protestos pela demora na sua aplicação*”. Porém, Francisco A. Pereira da Costa cita uma “*Provisão regia de 10 de abril de 1697*”, pela qual o mestre de capela, ao menos na Sé de Olinda, passou a receber 60\$000 réis.<sup>179</sup> Este era, realmente, o salário para a função na Sé da Bahia, em inícios do século XVIII, assim permanecendo até, pelo menos, 1732.<sup>180</sup>

### A instalação da prática de música polifônica: 1665-1703

Até c.1665 era mestre de capela na Sé o baiano Joaquim Corrêa, que assumiu o cargo em 1661,<sup>181</sup> e chantre Domingos Vieira de Lima. Deste último nada se sabe, além dos problemas que criou com o Cabido da Sé, motivando o Vice-Rei do Brasil, D. Vasco Mascarenhas, a enviar reclamação a D. Afonso VI, Rei de Portugal. A resposta de D. Afonso é datada de 24 de julho de 1665:

*“[...] Recebi a vossa carta do quinze de Abril do presente ano por que me destes conta da queixa que o cabido da Sé dessa cidade fizera das inquietações e perturbações que nele causava o Chantre Domingos Vieira de Lima, por ser homem naturalmente revoltoso e pouco timorato e porque contra ele nem contra Manuel Antunes, Cura da mesma Sé, que também me significastes, era pessoa de mau exemplo e vivia com grande escandalo à Mesa da consciência e ordens [...] mandei por outra carta da data desta avisar ao cabido que como Juiz que era de ambos esses clerigos lhes mandasse notificar se emendassem de seus procedimentos e não o fazendo os castigasse como suas culpas merecessem [...]”*.<sup>182</sup>

Em 1666 já era falecido o mestre de capela, Padre Joaquim Corrêa. Seu sucessor será Antônio de Lima Casares, cujo sobrenome é encontrado em várias formas: “Caceres”, “Carceres”, “Casares” e “Carceres”.<sup>183</sup> Antigo e curioso exemplo brasileiro de acumulação de cargos, esse Antônio de Lima, Cavaleiro Professo da Ordem de São

<sup>178</sup> LANGE, Francisco Curt. A organização musical durante o período colonial brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5º, s.l., s.d., **Actas**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1966. v. IV, p. 73.

<sup>179</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Estudo Histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**, Recife, n.º 54, p. 3-45, 1900. p. 16.

<sup>180</sup> **Documentos históricos**; consultas ao Conselho Ultramarino; Bahia; 1695-1696; 1724-1732, Rio de Janeiro, v. 90, 1950, p. 236-237.

<sup>181</sup> VITERBO, Francisco Marques de Sousa. **Idem**. p. 13-79. Apud STEVENSON, Robert. **Idem**. **Ibidem**.

<sup>182</sup> **Documentos históricos**; cartas régias 1651-1667, Rio de Janeiro, v. 66, 1944, p. 327-328.

<sup>183</sup> Utilizamos a forma “Casares”, por ser a mais freqüente nos papéis publicados em **Documentos históricos**.

Bento d'Avis, foi mestre de capela na Santa Casa de Misericórdia e mestre de capela na Sé da Bahia, além de Capitão de Infantaria e Escrivão dos Contos. Sua atividade mais antiga foi a de militar, combatendo os holandeses no nordeste, como atesta longo currículo anexo a sua patente de capitão,<sup>184</sup> talvez desde 1630 (e, com certeza, a partir de 1650), mas sem cargo conhecido após a reconquista da região. Antônio de Lima foi leigo. Jaime Diniz, que elaborou sua biografia, comenta:

*“Antonio de Lima era filho legítimo de Francisco Caseres e de Antonia de Lima. Quando entrou na Irmandade da Misericórdia, em 16 de março de 1664, era casado com Maria Proença. Prova mais que suficiente para não se especular sobre sua possível condição de sacerdote. Era leigo e casado, mesmo sendo mestre-de-capela - como o foi - da Sé da Bahia. A tradição de mestres leigos na catedral baiana vinha dos tempos de Bartolomeu Pires, também casado, no século XVI. Ainda não se sabe muito bem porque Sousa Viterbo chamou-o de ‘padre’ Bartolomeu. O que se tem como certo é que o rei de Portugal aconselhou o bispo da Bahia, em 1559, a não escolher o mestre-de-capela dentre as dignidades do coro da Sé, bastando ao mesmo coro a dignidade de Chantre. Esse, sim, um clérigo, como foram clérigos os dois primeiros chantres: Francisco de Vacas, diácono, e padre João Lopes.”*<sup>185</sup>

Antônio de Lima Casares é nomeado mestre de capela da Sé de Salvador por provisão real de D. Afonso VI, dada em Lisboa a 22 de setembro de 1666, sucedendo ao Padre Joaquim Corrêa, falecido em data próxima:

*“[...] por ora estar vago o officio de mestre da Capella dessa dita Sé por fallecimento do Padre Joaquim Corrêa ultimo e immediato possuidor que delle foi. E respeito a sufficiencia e mais partes que concorrem na pessoa de Antonio de Lima Casares. Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê do dito officio de mestre da Capella dessa dita Sé que servirá assim e da maneira que até agora serviram seus antecessores e o ultimo por quem vagou, [...]”*<sup>186</sup>

Em 1667, surge uma questão com o licenciado padre Francisco Luís, mestre de capela do Convento dos Carmelitas,<sup>187</sup> que provavelmente pleiteava o cargo na Sé. Fechando a questão, D. Afonso enviou ao governador Alexandre de Sousa Freire carta régia de 16 de dezembro desse ano, ratificando a posse de Antônio de Lima:

*“[...] a Antonio de Lima Caceres fui servido fazer mercê do ofício de Mestre da Capela da cidade do Salvador por falecimento do padre Joaquim Correia, último e immediato possuidor que dela foi, e porque me representou que indo tomar posse do dito ofício lhe viera com embargos o Padre*

<sup>184</sup> **Documentos históricos** 1668-1669; provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc., Rio de Janeiro, v. 23, p. 101-104, 1933.

<sup>185</sup> DINIZ, Jaime C. **Mestres de Capela...**, Idem. Parte 2, p. 39.

<sup>186</sup> **Documentos históricos** 1644-1677; provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc., Rio de Janeiro, v. 22, 1933, p. 399-400.

<sup>187</sup> É o que se deduz de uma portaria do Conde de Óbidos, passada a 18 de junho de 1666. **Documentos históricos** 1660-1670; v. 7 da série E-5 dos docs. da Bib. Nac. do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 7, 1929, p. 252.

*Francisco Luiz, contra quem alcançara sentença na mesa da Consciência e Ordens, me pareceu encomendar-vos que em virtude da provisão de Antonio de Lima e sentença referida ordeneis que seja remetido de posse do dito ofício sem contradição alguma, guardando-se uma e outra coisa muito pontualmente. [...]*<sup>188</sup>

Enquanto a carta do Rei está a caminho, Antônio de Lima Casares não perde tempo. Usando de sua influência no meio militar, consegue nomeação como Capitão de Infantaria, cujo registro de patente data de 17 de dezembro de 1667, um dia após sua confirmação no cargo de mestre de capela pelo Rei D. Afonso VI:

*“[...] Porquanto pela ausencia do Capitão Paulo de Azevedo está vaga a companhia de Infantaria com que servia no Terço do Mestre de campo Alvaro de Azevedo, e convem provel-a em pessoa de valor, pratica da disciplina militar, e experiencia da guerra: tendo eu consideração ao bem que todas estas qualidades concorrem na de Antonio de Lima Casares Cavalleiro Professo da Ordem de São Bento d’Avis, e a satisfação com que tem servido a Sua Magestade de 18 annos [...]*”<sup>189</sup>

Em 1670 Antônio de Lima ainda é mestre de capela da Sé (apesar da suposição em contrário de Jaime Diniz), além de mestre de capela da Misericórdia, Capitão de Infantaria e, não se sabe desde quando, Escrivão dos Contos da cidade de Salvador, função também desconhecida por Diniz. Em fins desse ano, não é mais possível sustentar tal acúmulo de cargos. A 9 de outubro, o Governador Alexandre de Sousa Freire emite provisão, substituindo-o no ofício de escrivão por Baltazar Fernandes Gago. O que não sabemos é se a substituição foi definitiva:

*“[...] havendo respeito ao que por parte do Capitão Antonio de Lima Casares proprietario do offício de escrivão dos contos desta Cidade se me enviou a representar em sua petição acerca de ter a seu cargo a Capella da Sé Cathedral deste Estado de que [houve] mercê por provisão de sua alteza e ser incompativel, acudir ao mesmo tempo a ambas as occupaões: pedindo-me provesse a do dito offício de Escrivão dos contos em pessoa que o exercesse. E visto concorrerem na de Balthazar Fernandes Gago todas as partes e sufficiencia necessaria [...] Hei por bem de o prover como pela presente faço da serventia do dito offício por tempo de um anno [...]*”<sup>190</sup>

Em época ignorada, Antônio de Lima Casares desliga-se da função de mestre de capela da Sé para dedicar-se à Santa Casa de Misericórdia e ao Terço de Infantaria. Na Santa Casa já atuava como mestre de capela desde 1669, ano em que Sé e Misericórdia entram em conflito, até pouco depois dessa época. Segundo Jaime Diniz, ainda está vivo em 1675 mas, provavelmente, sem exercer atividade musical:

<sup>188</sup> **Documentos históricos**; cartas régias 1667-1681, Rio de Janeiro, v. 67, p. 18.

<sup>189</sup> **Documentos históricos** 1668-1669; provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc., Rio de Janeiro, v. 23, p. 101-104, 1933.

<sup>190</sup> **Documentos históricos** 1670-1672; provisões, patentes, alvarás, sesmarias, mandados, etc., Rio de Janeiro, 1934, v. 24, p. 58-60.

*“Permaneceu no cargo da Sé até 1669, como tem sido lembrado pelos eminentes musicólogos Stevenson e Béhague. Em novembro do dito ano de 1669, rege duas missas cantadas, nos dias primeiro e segundo do mesmo mês, na Igreja da Santa Casa. recebeu quatro mil e oitocentos réis. Não se conhece outra atividade musical do mestre, nem dentro nem fora da Santa Casa, após a referida data.*

*“Quando dirigiu a música da Santa Casa, não devia estar mais ligado à Sé. Nesse ano de 1669, as relações entre a Santa Casa e a Sé não eram edificantes. Pelo contrário. Andaram brigando o Cabido da Sé e a Mesa da Irmandade da Misericórdia. Em 2 de junho do mencionado ano, a Misericórdia estava uma fera contra o Cabido que não queria respeitar os seus privilégios. O termo lavrado na ocasião fala em ‘demanda que se pôs ao Rdo. Cabido’. A gota d’água deve ter sido a procissão dos fogaréus, realizada na Quinta-feira Santa pela Misericórdia, ‘como é uso e costume’. O vigário geral mandou, na ocasião, ‘notificar a todos os Músicos que não cantassem na dita procissão’, porque quem devia cantar era a ‘Capela da Santa Sé. Tal atitude melindrou fundamente os irmãos da Misericórdia. Eles se lembraram dos ‘privilégios, bulas e provisões’ que tinham a seu favor. privilégios, por exemplo, ‘de ter e eleger mestres de sua Capela a quem lhe parecesse e nunca é o da Sé’. Os cônegos abusavam ao ‘dizer os ofícios da Casa dentro nesta Igreja, sem serem chamados, e o Cura entra nela com a sua estola’, símbolo de poder, de jurisdição, ‘não consentindo que Capelão na dita S. Casa, nem o semanário alevantem e ponham estola dentro desta nossa Igreja... usurpando a jurisdição real de que esta S. Casa goza por ser da imediata proteção do Rei Nosso Senhor’ (Livro 1.º de Acordãos, 1645-1674, cópia, fls. 114; original, fls. 156v-157).”*

O sucessor de Antônio de Lima Casares, Padre João de Lima, é o primeiro mestre de capela da Sé de Salvador, do qual temos notícias acerca de suas atividades como instrumentista e compositor.<sup>191</sup> Pernambucano, deve ter permanecido no cargo de cerca de 1670 a inícios da década de 1680, quando transferiu-se para Pernambuco, assumindo o mestrado da capela da Sé de Olinda. Com João de Lima, fica patente a primazia técnica da função de mestre de capela sobre a de chantre, nas atividades de composição, ensino e regência. Domingos de Loreto Couto, autor dos *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*,<sup>192</sup> manuscrito de 1757, fornece notícia surpreendente sobre João de Lima, no capítulo *“Pessoas naturaes de Pernambuco, que compuserão, e não imprimirão”*:

*“Padre João de Lima, natural da freguezia de Santo Amaro de Jaboaão, insigne musico do seu tempo, ou cantando, ou compondo, pelas quaes partes mereceo os applausos dos mayores professores desta arte. A*

<sup>191</sup> Jaime Diniz confunde Antônio de Lima Casares com João de Lima, quando informa: *“Depois de Joaquim Correia, surge o capitão Antônio de Lima regendo o coro da Sé até a Bahia. Tocou, o pernambucano, mil e um instrumentos de sopro e corda, além de sua grande fama de compositor. Voltando à sua terra, foi-lhe entregue o cargo de mestre de capela da sé de Olinda”*. Cf. DINIZ, Jaime. Uma notícia... Idem, p. 44.

<sup>192</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, MS B, 16, 23 (atualmente F.G 873), f. 793. O documento está publicado nos **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 24, 1902 e 25, 1903 (publicados em 1904).

*fama, que corria da sua grande sciencia obrigou a que fosse convidado com largos partidos para mestre da cathedral da Bahia, onde por largo tempo ensinou musica assim practica, como especulativa, saindo da sua escola taes discipulos, que depois assombrarão como mestres a todo o Brazil. Voltando para a patria teve a mesma occupação na cathedral de Olinda, com igual aproveitamento de seus ouvintes. Sendo peritissimo na musica, foy insigne tangedor de todos os instrumentos, de cuja destreza, e sciencia deu manifestos argumentos com assombro de quantos o ouvirão.*

*“Duvidando o Bispo D. Mathias de Figueiredo, que elle com perfeição tocasse todos os instrumentos de cordas ou de assopro, se foy a sua caza acompanhado de varios capitulares, e virão (não sem grande assombro) que este insigne musico, e tangedor de instrumentos, sabia tanger com perfeição os instrumentos de assopro, como orgão, pifaro, baixão, trombeta, etc. e os de cordas como viola, rebecão, cithara, theorba, arpa, bandurriilha, e rebeca, e que em todos era anfião na lyra e orfeo na cithara. As suas obras musicas são merecedoras de se darem ao prelo pela instrução dos professores desta arte.”<sup>193</sup>*

A essa altura a Sé de Salvador assume uma atividade musical, com certeza, mais elaborada que a precedente. Teria sido finalmente empregada a polifonia na capela? Ao que parece sim. É possível supor, pelo que se depreende da documentação analisada, que a polifonia já fosse utilizada na Sé de Salvador pelo menos a partir da década de 1670 e que o auge dessa prática situou-se entre fins do século XVII e inícios do século XVIII. Pelo *Regimento da Sé da Bahia*, em 1719, era atribuição do chantre obrigar “ao dito Subchanter, e Capelães a irem a Estante de Canto chão, e canto de órgão”.<sup>194</sup> Mas na década de 1720 o ensino e execução de música polifônica na Sé parece já ter entrado em crise, como prova um documento de 1732, segundo o qual “O Arcebispo da Bahia, Dom Luiz Alves de Figueiredo, pela carta inclusa de 10 de outubro de 1728, representa a Vossa Majestade em como aquella catedral se achava sem músico de canto de órgão, para as funções do culto divino em que a devia haver”.<sup>195</sup>

Gregório de Matos (1636-1695) dá um testemunho importante da existência de polifonia nas igrejas dessa cidade, mas em época difícil de precisar. Esse autor estudou no Colégio dos Jesuítas em Salvador e foi para Portugal em 1652. Voltou ao Brasil em 1662, retornando a Lisboa e estando de volta em 1681, antes de ser exilado para Angola. Passou, entretanto, seus últimos em Pernambuco. Gregório de Matos satiriza os padres cantores da Bahia (seriam realmente os da Sé?), em uma de suas mais conhecidas décimas, descrevendo a prática do “fabordão”, tipo rudimentar de polifonia alternada com o cantochão, originário da Europa no século XVI e que subsistiu no Brasil até inícios do século XX:

<sup>193</sup> *Desagravos do Brasil...*, livro quinto, cap. 2, n.º 56. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 25, p. 33-34, 1903. O verbete foi copiado diretamente do manuscrito por Ernesto Vieira. *Idem*, p. 35-36 e deste transcrito em Maria Luiza de Queirós Amâncio dos Santos. *Idem*, p. 231.

<sup>194</sup> DINIZ, Jaime C. *Mestres de Capela...*, *idem*, p. 21-22.

<sup>195</sup> *Documentos históricos*; consultas ao Conselho Ultramarino; Bahia; 1695-1696; 1724-1732, Rio de Janeiro, v. 90, 1950, p. 236-237.

## I

*Senhor; os Padres daqui  
por b quadro, e por b mol  
cantam bem ré mi fá sol,  
cantam mal lá sol fá mi:  
a razão, que eu nisto ouvi,  
e tenho para vos dar,  
é que como no ordenar  
fazem tanto por luzir,  
cantam bem para subir,  
cantam mal para baixar.*

## II

*Porém como cantariam  
os pobres perante vós?  
tão bem cantariam sós,  
quão mal, onde vos ouviam:  
quando o fabordão erguiam  
cad'um parece, que berra,  
e se um dissona, o outro erra,  
mui justo me pareceu,  
que sempre à vista do Céu  
fique abatido, o que é terra.*

## III

*Os Padres cantaram mal  
como está já pressuposto,  
e inda assim vos deram gôsto,  
que eu vi no riso o sinal:  
foi-se logo cada qual  
direito às suas pousadas  
a estudar nas tabuadas  
da música os sete signos,  
não por cantar a Deus hinos,  
mas por vos dar badaladas<sup>196</sup>*

Em Portugal, no século XVII, despontava uma corrente de polifonistas notáveis, vários dos quais se transferiram para a América Latina. Gaspar Fernandes, nascido em 1570, é um exemplo célebre: mudou-se para o México, onde morreu em 1629. Em Salvador, agora com estrutura de ensino e execução musical mais sólida, chega em princípios da década de 1680, para ocupar o mestrado da capela, frei Agostinho de Santa Mônica (1633-1713), da Ordem de São Paulo, talvez o representante máximo da música polifônica na Sé de Salvador. Nascido em Lisboa, Santa Mônica estudara com o polifonista João Fogaça<sup>197</sup> (1589-1658), principal discípulo de Duarte Lobo<sup>198</sup> e veio trabalhar na Sé de Salvador, ao lado do chantre Francisco Pereira<sup>199</sup> (que em 1701 ainda está no cargo), até cerca de 1703, contemporaneamente a um seu homônimo, beneditino do Mosteiro da Bahia e natural do Porto.<sup>200</sup> Retornando ao convento da ordem, em Lisboa, tornou-se conhecido em Portugal como compositor de obras em canto de órgão e cantochão. A única notícia encontrada no Brasil sobre Agostinho de Santa Mônica provém de uma carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho para D. Pedro II, Rei de Portugal (Bahia, 3 de julho de 1692), na qual alude a uma reclamação do padre José Pereira de Castro, que fora Capelão-mor do Terço da Bahia, cargo em que “*hoje se achava provido nelle o Padre Frei Agostinho de Santa Monica, Religioso de São Paulo, e que por ser juntamente Mestre da Capella da Sé, faltava ás obrigações do dito cargo*”. Sobre a questão, Coutinho envia ao Rei este parecer:

<sup>196</sup> GUERRA, Gregório de Matos e. **Obras completas**; crônica do viver baiano seiscentista; fielmente copiada de manuscritos anônimos daquele tempo, e dispostos como melhor pareceu a um curioso de nome James Amado; cópias finais do texto para impressão e mapeamento dos códices James Amado e Maria da Conceição Paranhos; atualização ortográfica Miécio Táci. Salvador, Ed. Janaína Ltda., 1968. v. 2, p. 247-248. (Coleção Os Baianos, v. 1)

<sup>197</sup> Existem informações sobre João Fogaça nos documentos de 1737 publicados por NERY, Rui Vieira. **Para a história do barroco musical português** (o códice 8942 da B.N.L.). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. p. 45-47 e em MAZZA, José. Dicionário biográfico de músicos portugueses [anterior a 1797]. **Ocidente**, Lisboa, v. 24, n.º 77, p. 25, set. 1944.

<sup>198</sup> STEVENSON, Robert. *Idem*. p. 33.

<sup>199</sup> Conhecemos o nome de Francisco Pereira por intermédio de duas cartas do Rei de Portugal, D. Pedro II, ao provedor-mor Francisco Lamberto, relativas às obras no forro da Sé, levadas a cabo por esse chantre. A primeira datada de 14 de janeiro de 1690 (**Documentos históricos**; registo de cartas régias 1683-1697, Rio de Janeiro, v. 83, 1949, p. 95-96) e a segunda de 11 de fevereiro de 1701 (**Idem**; 1697-1705, v. 84, 1949, p. 95-96).

<sup>200</sup> Segundo o *Dietário* do Mosteiro da Bahia, transcrito por Isa Queirós Santos, esse segundo Agostinho de Santa Mônica foi “*Pe. pregador, natural da cidade do Porto, professo no Mosteiro do Rio de Janeiro. Foi mandado para o Mosteiro da Baía, onde satisfaz os empregos que lhe encomendaram os prelados, como foram de sacristão, mordomo e outros, com zelo e fidelidade. No coro era frequente, do qual era pouco dispensado por ser bom músico e socorrido de uma voz admiravel. Tocava vários instrumentos e nunca se escusou de servir à religião com as prendas de que era dotado. Faleceu a 22 de janeiro de 1715. O. S. B.*” Cf. SANTOS, Maria Luiza de Queirós Amâncio dos. **Idem**, p. 192.



“[...] *O que me parece neste particular é, que o Padre Joseph Pereira de Castro não é capaz para este cargo: porque tem algumas circunstancias que não são para aquelle lugar que pede. O Padre Frei Agostinho de Santa Monica que está provido nelle, não é possível acudir à obrigação que é possível digo precisa, assim de confessar os soldados, e acompanhá-los quando morrem, como de ir fora com o Terço, quando se embarca, porque atualmente está sendo Mestre da Capela da sé desta cidade, donde não pode deixar uma cousa para acudir a outra. Isto é o que me parece. Vossa Magestade mandará o que for possível. [...]*”<sup>201</sup>

Nada se sabe sobre a permanência ou não de Santa Mônica no cargo de Capelão do Terço. Mas fica claro que as atividades do mestre de capela da Sé, por essa época, já eram suficientes para tornar impossível o acúmulo de cargos, como o fizera Antônio de Lima Casares: “*não pode deixar uma cousa para acudir a outra*”. Seu ingresso no Terço de Infantaria, em prejuízo do mestrado da capela, gerava evidentes complicações, pois “*faltava às obrigações do dito cargo*”, o que pouco tempo antes não era um grande problema.

A música da Sé parece ter tido um papel de destaque na vida de Salvador por fins do séc. XVII, pois, quando das exéquias do P. Antônio Vieira, em 18 de julho de 1697, foram seus cantores que acompanharam a cerimônia. André de Barros narrou o evento da seguinte maneira: “*Da capella interior, juntamente com a Cômunidade, foy acompanhado dos Reverendissimos Conegos, e musica daquela Sé Metropolitana até á Igreja. Alli os mesmos cantáraõ Missa, e fizéraõ as honras ultimas a cinzas taõ beneméritas.*”<sup>202</sup> [consultar na TESE para comparar com exéquias em Portugal]<sup>203</sup>

<sup>201</sup> **Documentos históricos** 1692-1712; provisões, patentes, alvarás, cartas, Rio de Janeiro, v. 34, 1936, p. 14-15.

<sup>202</sup> BARROS, André de. **Vida do Apostolico Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, chamado por antonomasia O Grande: aclamado no mundo por Principe dos Oradores Evangelicos, Prégador incomparavel dos augustissimos reys de Portugal, varão esclarecido em virtudes, e letras divinas, e humanas; restaurador das missões do maranhaõ, e Pará. Dedicada ao Serenissimo Senhor Infante D. Antonio pelo P. André de Barross da Companhia de Jesus.** Lisboa, Nova Oficina Silviana, 1746. Livro IV, § CCXLV, p. 496.

<sup>203</sup> JOÃO ANTÔNIO ANDREONI, na « *Carta do P. Reytor do Collegio da Bahia em que dá conta ao Padre Géral da morte do P. Antonio Vieyra, & refere as principaes acçdes de sua vida* », escrita na Bahia a 20 de julho de 1697 (**Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v. XIX, 1897, p. 156), traz a seguinte informação: « Ab interiori sacello usque ad templum Metropolitanae Sedis Canonici, Cantoresque una cum nostris precibus, Landibusque de more decantatis, solemne sacrificium pro eo obtulerunt, & tumulto extremum rogatâ requie lugubriter conclamarunt ». Na tradução (*idem*, p. 159) se lê: « Os Conegos e os Cantores, juntamente com os nossos, acompanharam o seu corpo, transportado da capella domestica para o templo da Sé Metropolitana e, depois de cantadas segundo o rito Matinas e Laudes, offereceram pela sua alma a Missa solemne, e entregue á sepultura, tendo invocado sobre elle o eterno descanso, todos lhe deram lugubrementemente o último adeus! ». Em 1692 era mestre de capela da Sé de Salvador o P. Frei Agostinho de Santa Mônica (**Documentos Históricos** « , v. XXXIV, 1936, p. 14) e, de pelo menos 1690 a 1701 ou depois, era chantre Francisco Pereira (**Documentos Históricos** « , v. LXXXIII, 1949, pp. 95-96), contando, segundo a documentação da época, com quatro **moços do coro**. Talvez se ajude a compreender o que teria sido a « música daquela Sé Metropolitana » durante os funerais do padre VIEIRA a seguinte passagem de BARROS no livro IV, que descreve missa celebrada em homenagem ao falecido VIEIRA entre 2 de novembro e 17 de dezembro de 1697 na Capela Real de Lisboa: « CCLVIII (p. 502) [*“Celebra Missa o Excellentissimo Senhor Bispo de Leiria.”*] Confirmou a alta estimaçad, que ao Grande VIEYRA se divía, o dignar-se celebrar Missa (tendo na tarde antecedente celebrado vespéras) o Excellentissimo Senhor D. Alvaro de Abranches e Camera, Bispo de Leiria, cuja benignidade iguala á alta, e esclarecida nobreza de seu sangue, exemplo de Prelados, lustre da sabedoria

Hoje conhecemos a importância de Agostinho de Santa Mônica, graças a documentos portugueses recentemente publicados. Rui Vieira Nery transcreveu um catálogo manuscrito, redigido provavelmente em 1737<sup>204</sup> e integrando o códice 8942 da Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, no qual se encontram maiores informações sobre o mestre de capela:

*“O P.<sup>re</sup> Fr Agostinho de Santa Mónica, de q.<sup>m</sup> já fizemos memoria no Catalogo dos compozitores de Muzica n.º 11; foi mui perito na prenda da iluminação; fes varias obras coriozas, e estimaveis, q conservou em seu poder athe o tempo da sua morte, depois da qual quazi todas se derão sem faculdade dos prelados, a pessoas similares com outras varias pinturas de grande preço, q tinha na sua cella de toda a vida de Christo S.<sup>or</sup> Nosso, e de Varios santos. Do mais, q pertence a este P.<sup>re</sup>, veja-se o citado Catalogo.”*<sup>205</sup>

O *Catálogo de compositores*,<sup>206</sup> citado no texto anterior (faz parte do mesmo códice e escrito em data próxima) é, sem dúvida, o documento mais rico sobre Santa Mônica. O verbete com seu nome torna-se, agora, símbolo da fase áurea da música polifônica na Sé da Bahia:

*“O P.<sup>re</sup> Fr Agostinho de Santa Monica chamado vulgarm.<sup>te</sup> o Gago, por ser tardo da pronuncia das vozes, foi natural de Lisboa, e compozitor famoso de ambos os cantos: assistio com licença da Religião mais de 20 anos na occupação de mestre da capella da Sé da Cidade da Bahia no estado do Brazil conservando naquella distancia não só a estimação geral de perfeito e exemplar religioso, mas hum grande amor à sua religião, pellas muitas e excellentes madeiras de pao santo, angelim, q todos os annos lhe mandava p.<sup>a</sup> as obras deste Convento, das quais se fizeram as portas da Igreja, e Sacristia delle, e as de todas as janellas conventuais, e das dellas; e a precioza estante, q hoje se vê no seu Coro, cujo fabrico foi obra sua, por ser dotado de raro engenho; e athe as despesas dos officiais correrão por sua conta. Compos mais de quarenta missas de Canto de Orgão, a mayor parte das quais se conserva na Livraria de Música da Sé da Bahia, com varias Liçoens do Officio y dos deffuntos, lamentações da Semana Santa, psalmos das Vesperas, e outros m.<sup>ios</sup> papeis festivos da mesma composição. Neste convento compòs o officio da reza de Santo An.<sup>o</sup> de Canto Chão, o qual ainda hoje se canta no seu dia; e se conservão em poder do P.<sup>re</sup> Presentado*

---

toda, e justo avaliador das memorias, e raros talentos do Padre VIEYRA. Acompanhou a Missa a musica da Capella Real, dividida em dous côros, a que fez compasso o insigne Mestre da mesma Capella Antonio Marques Lésbio, o que só exercitava em funções Reaes. ¶ CCLIX [“Vem a musica da Capella Real.”] Concluída a Missa, seguiu-se a costumada benção, e circulo, em que se incensa o tumulo, o qual acabado com a suavidade da musica, na ultima, e saudóza depreciação da Igreja, se recolhêram os Celebrantes á Sacristia ». Esta informação é encontrada em outras obras, como na *Voz Sagrada* de ANDRÉ DE BARROS (1748, ff. [17v-18r] e pp. 147-148) e na *Oração Funebre* de D. FRANCISCO XAVIER (1730, p. 64).

<sup>204</sup> *Catalogo de alguns relig.<sup>os</sup> da Ordem de s. Paulo / Pr.<sup>o</sup> eremita da Congreg.<sup>am</sup> da Serra d’Ossa memora-veis em obras de iluminação, e escritura de / livros do coro.* f. 204r-204v.

<sup>205</sup> NERY, Rui Vieira. *Idem*. p. 58.

<sup>206</sup> *Catalogo dos compozitores na Sciencia da Muzica, / e dos instrumentos de Orgão e Cravo da Ordem de S. / Paulo pr.<sup>o</sup> eremita da Congregação da Serra d’Ossa / nestes Reinos de Portugal e Algarves, de q ao prezen-te se conserva memoria.* f. 201r-201v.

*Fr Joseph do Sacram.<sup>o</sup> discip.<sup>o</sup> deste grande mestre neste Conv.<sup>to</sup> de Lisboa algumas missas de estante, e outros papeis seus de Canto de Orgão, dos quais affirma o d.<sup>o</sup> P.<sup>re</sup> seu discip.<sup>o</sup>, q nenhum dos maiores compozitores de Hespanha os excedem, nem ainda igualão, principalm.<sup>e</sup> na graça de compor Tonilhos, dos quais fes tres livros em quarto, q muitos annos se conservarão neste d.<sup>o</sup> Convento com especial estimação, e hoje extraidos furtivam.<sup>e</sup> delle, se ignora a parte, aonde estão: memorável será este P.<sup>re</sup> neste sobred.<sup>o</sup> Conv.<sup>to</sup>, pello m.<sup>to</sup> q lhe granjiou na sua vida, e por lhe ficar depois da sua morte do seu peculio renda superabundante p.<sup>o</sup> o sustento perpetuo de dous religiosos: faleceu nesta Cid.<sup>e</sup> de Lx.<sup>a</sup> Occ.<sup>al</sup> estando em caza de hum sobr.<sup>o</sup> seu aos 2 de Junho de 1713, sendo geral da Ordem o Rm.<sup>o</sup> P.<sup>re</sup> Fr Joseph de Santo Amaro, e contando 80 anos de idade, e 64 de profeço: está sepultado na sacristia deste Convento de Lx.<sup>a</sup>.”<sup>207</sup>*

Nesta documentação ficaram registrados, além de iluminuras e obras em madeira (incluindo a estante do coro da Sé de Salvador), alguns gêneros de composições musicais atribuídas a Santa Mônica, já assinalados por Robert Stevenson:<sup>208</sup> mais de 40 missas, algumas policorais, “a mayor parte das quais se conserva na Livraria de Música da Sé da Bahia”, vários *Officia Deffunctorum*, *Lamentationes Hebdomadae Sanctae* e *Psalmi*, além de “outros muitos papeis festivos da mesma composição”. De volta ao convento da ordem, em Lisboa, compôs um *Officium Sancti Antonii*, em cantochão, “o qual ainda hoje se canta no seu dia”. O documento também informa que o frei José do Sacramento, seu discípulo, conservava do mestre “algumas missas de estante, e outros papeis seus de Canto de Orgão”, afirmando que “nenhum dos maiores compozitores de Hespanha os excedem, nem ainda igualão”. O texto acusa, finalmente, a produção de três livros encadernados de “Tonilhos” que, conservados no convento da ordem após sua morte, foram roubados, sem que deles houvesse mais notícia.

Que pessoas criminosas fizeram desaparecer a vasta produção musical de Agostinho de Santa Mônica? Se, na década de 1730 parte desses manuscritos se conservava na livraria de música da Sé de Salvador, podem ter sido perdidos, roubados ou vendidos já entre 1765 e 1791, período conturbado, de destituição da condição de Catedral da antiga Sé, prejudicada por um sem-número de reformas, e sua transferência definitiva para a igreja dos jesuítas, perdida em 1759 com a expulsão. Os papéis conservados pelo frei José do Sacramento e os três livros de “tonilhos” furtados em Lisboa jamais foram encontrados. O mesmo se deu com as obras do pernambucano João de Lima, “merecedoras de se darem ao prelo pela instrucção dos professores desta arte”. Mãos particulares umas e irresponsáveis outras permitiram a destruição de um acervo importante, apagando um capítulo da história da arte luso-brasileira e universal, evidentemente com maior prejuízo para o Brasil. Característica antiga do desprezo de nosso passado cultural, esse procedimento se observa ainda hoje, talvez até de forma mais intensa, comprometendo cada vez mais o desenvolvimento cultural nos países de língua portuguesa.

<sup>207</sup> NERY, Rui Vieira. *Idem*. p. 57-58.

<sup>208</sup> STEVENSON, Robert. *Idem*. p. 34.